



PROJETO PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 03.2025 – VÁRIOS CARGOS – 1ª APLICAÇÃO

SUPERIOR COMPLETO – TARDE

CARGOS: 340 – ADMINISTRADOR, 341 – ANALISTA CONTÁBIL, 342 – ARQUITETO E URBANISTA, 343 – ASSISTENTE JURÍDICO, 344 – ASSISTENTE SOCIAL, 345 – BIBLIOTECÁRIO, 346 – BIÓLOGO, 347 – COMUNICAÇÃO SOCIAL, 348 – CONTADOR, 349 – CONTROLADOR INTERNO, 353 – FARMACÊUTICO, 354 – FISCAL AMBIENTAL, 355 – FISCAL TRIBUTÁRIO, 356 – FISIOTERAPEUTA, 357 – FONOaudiólogo, 358 – JORNALISTA, 359 – NUTRICIONISTA, 360 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 361 – PSICÓLOGO, 362 – RELAÇÕES PÚBLICAS, 363 – TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO, 364 – TERAPEUTA OCUPACIONAL, 365 – TURISMÓLOGO, 366 – VETERINÁRIO E 368 – TREINADOR ESPORTIVO

Prezado(s) Candidato(s),

Em resposta ao recurso interposto em relação à publicação do Gabarito da Prova Objetiva, informa-se abaixo o parecer da Banca Examinadora.

LÍNGUA PORTUGUESA (QUESTÃO COMUM A TODOS OS CARGOS)

QUESTÃO 2

O recurso é improcedente, pois o enunciado da questão pedia ao candidato que assinalasse a alternativa cuja frase emprega palavra com sentido figurado.

A única alternativa correta é a “C” porque a palavra “figurino”, referindo-se a “vocal”, foi utilizada de forma figurada. O termo “figurino” diz respeito, literalmente, àquilo que está relacionado à moda, à vestimenta. Aplicada a vocal ela recebe um sentido conotativo.

Há candidatos que defendem o uso figurativo do termo “visível”, utilizado na alternativa “A”. Entretanto, não se trata de termo figurativo, haja vista que esta palavra é sinônimo de “evidente”, “óbvio”, “claramente perceptível”. Este uso já é corrente em nossa fala coloquial.

As demais alternativas estão incorretas, pois elas não utilizam palavra com sentido figurado.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 3

O recurso é improcedente, pois a alternativa “A” está incorreta, pois “evidências corretas” é objeto direto e, neste caso, não pode ser substituído pelo pronome “lhes”.

Pelas mesmas razões está incorreta a alternativa “C”.



A alternativa “B” está incorreta, pois “os elementos” deveriam ser substituídos por “los” e não por “os”.

A alternativa “D” é a única correta, pois “tem” é um verbo nasalado e de transitividade direta. Neste caso, o pronome que substitui seu objeto é “nos”.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 5

O recurso é improcedente, pois o candidato argumenta pelo acerto da alternativa “D”, mas sem fundamentação normativa. E isto porque não se emprega a crase antes de artigo indefinido, como “uma”.

Já a alternativa “A” está correta, pois o verbo “corresponde” é regido pela preposição “a”. Como o objeto é o substantivo feminino “área”, fica, assim, justificado o uso da crase.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.



RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO (QUESTÃO COMUM A TODOS OS CARGOS)

QUESTÃO 7

O recurso é improcedente, pois na regra de três composta, a relação é:

Blocos ↑ se Gruas ↑ (diretamente proporcional)
Blocos ↑ se Horas/dia ↑ (diretamente proporcional)
Blocos ↑ se Dias ↑ (diretamente proporcional)

Desta forma:

$$180/x = 2/4 * 4/8 * 1/15$$

$x = 10.800$, conforme alternativa “B”.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 8

O recurso é improcedente, conforme segue abaixo as diferenças entre termos:

$$\begin{aligned} 8 - 4 &= 4 \\ 13 - 8 &= 5 \\ 19 - 13 &= 6 \end{aligned}$$

A diferença aumenta em 1 a cada termo.

Próximos termos:

$$\begin{aligned} 5^{\text{o}} \text{ termo: } 19 + 7 &= 26 \\ 6^{\text{o}} \text{ termo: } 26 + 8 &= 34 \end{aligned}$$

Soma dos 6 primeiros termos: $4 + 8 + 13 + 19 + 26 + 34 = 104$, conforme alternativa “B”.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.



CONHECIMENTOS BÁSICOS DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (COMUM A TODOS OS CARGOS)

QUESTÃO 11

O recurso é improcedente, pois o candidato alega que por ter sido suprimida a expressão “em seus territórios”, a questão tornou-se passível de anulação. Contudo, essa alegação não procede porque a questão estava clara, uma vez que o enunciado já direcionava corretamente o candidato ao afirmar: *“De acordo com a Lei Orgânica do Município de Jarinu, é vedado ao Município, entre outras ações”*.

A proposição I está correta, pois está expressamente prevista no inciso III do artigo 9º da Lei Orgânica do Município de Jarinu, Capítulo III – Das Vedações. A proposição II também está correta, conforme o inciso VI do mesmo artigo, tratando-se igualmente de uma das vedações constantes no Capítulo III da referida lei. A proposição III, por sua vez, está incorreta, uma vez que seu conteúdo está previsto no inciso XI do artigo 7º, Seção II – Da Competência Comum do Município, da União e do Estado, ainda que não conste em sua integralidade. Assim, não havendo outra alternativa correta além daquela prevista no gabarito oficial, *in verbis*:

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE JARINU

Art. 9º Ao Município é vedado:

III - Criar distinções entre brasileiros natos ou naturalizados, ou preferências entre si;

VI - Outorgar isenções e anistias fiscais, ou permitir a remissão de dívidas, sem interesse público justificado, sob pena de nulidade do ato;

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 12

O recurso é improcedente, pois o candidato alega que com base na Lei Orgânica do Município de Jarinu e nos dados demográficos do IBGE, a população atual de 37.535 habitantes exigiria a composição de 13 vereadores, número que, segundo afirmam, estaria em conformidade com a representação legislativa vigente. Entretanto, tal alegação não procede, pois a questão está devidamente fundamentada no texto legal, especificamente no § 2º do artigo 11, da Lei Orgânica do Município de Jarinu, que estabelece o critério aplicável. Assim, não havendo outra alternativa correta além daquela prevista no gabarito oficial, *in verbis*:

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE JARINU

Art. 11 A Câmara Municipal é composta de Vereadores eleitos pelo sistema proporcional, como representante do povo com mandato de quatro anos.

§ 2º O número de Vereadores será fixado pela Câmara Municipal, observando-se os limites estabelecidos na Constituição Federal e as seguintes normas: (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 01/1992).

- de 10.001 a 30.000 habitantes - onze vereadores;



Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 14

O recurso é improcedente, pois o candidato alega que apenas as proposições I e II estão corretas, assinalando essa alternativa como correta. Entretanto, tal alegação não procede porque a questão está devidamente fundamentada no texto legal, especificamente no artigo 13, § 2º, incisos I, II, III e IV, da Lei Complementar n.º 236/2025. Assim, não havendo outra alternativa correta além daquela prevista no gabarito oficial, *in verbis*:

LEI COMPLEMENTAR Nº 236, DE 05 DE JUNHO DE 2025

DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE JARINU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 13. A autorização para a admissão ou contratação de servidores públicos é de competência do Chefe do respectivo Poder e dos dirigentes máximos dos órgãos da Administração Municipal.

§ 2º O pedido de autorização deverá abordar aspectos relativos a:

I - demanda de trabalho e os projetos a serem desenvolvidos pela força de trabalho pleiteada;

II - impacto desta força de trabalho no desempenho das atividades finalísticas;

III - evolução do quadro, no sentido de movimentação de pessoal - entrada e saída, inclusive no tocante ao número de aposentadorias e outras ocorrências;

IV - quantitativo de cessão, tanto de servidores recepcionados quanto dos cedidos;

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.



NOÇÕES DE INFORMÁTICA (COMUM A TODOS OS CARGOS)

QUESTÃO 16

O recurso é improcedente, pois a alegação de ambiguidade não se sustenta, pois o texto da proposição III, no trecho mencionado sobre o exemplo do arquivo "Prova.doc." deve ser interpretado dentro do contexto textual e gramatical da frase, em que o ponto aparece como sinal de pontuação final, não como parte do nome do arquivo - o próprio enunciado deixa claro essa manifestação. Em textos corridos, é prática comum que exemplos de arquivos, pastas ou termos técnicos sejam seguidos de ponto final sem uso obrigatório de aspas ou formatação especial, desde que estejam inseridos em um período declarativo, como é o caso.

Ademais, considerando o conteúdo programático e o conhecimento esperado, presume-se a familiaridade com a estrutura de arquivos no Windows, assim, a leitura técnica adequada leva naturalmente à conclusão de que o ponto final pertence à frase, não ao nome do arquivo – interpretação que não compromete a compreensão da proposição.

Por fim, reiteramos que não há elementos de “dupla interpretação” suficientes para invalidar a questão. O simples uso de ponto final após uma extensão de arquivo não configura erro material, tampouco indução ao equívoco, já que decorre de convenção linguística e não altera o conteúdo cobrado. A redação permanece clara o bastante para permitir que candidatos com domínio do tema julguem corretamente a veracidade do enunciado.

Com as evidências apresentadas acima, a alternativa “B” é a única correta, conforme consta no gabarito oficial.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

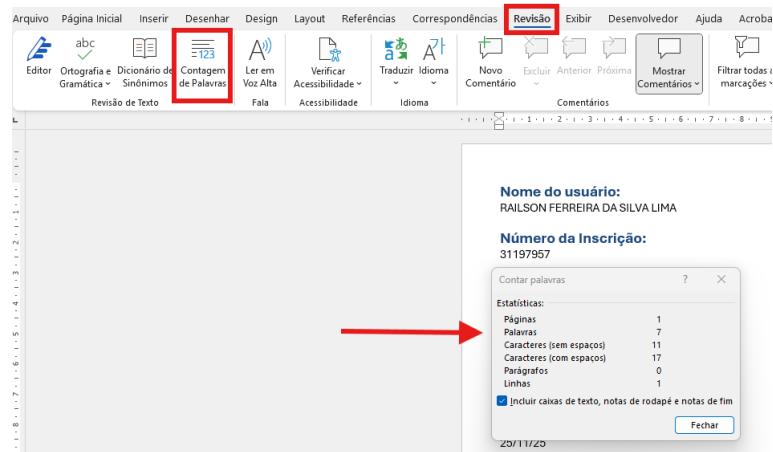
Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 18

O recurso é improcedente, pois em seu texto, o candidato não apresentou nenhum elemento sólido para justificar a sequência correta, descrita por ele como sendo: 1A / 2C / 3D / 4B.

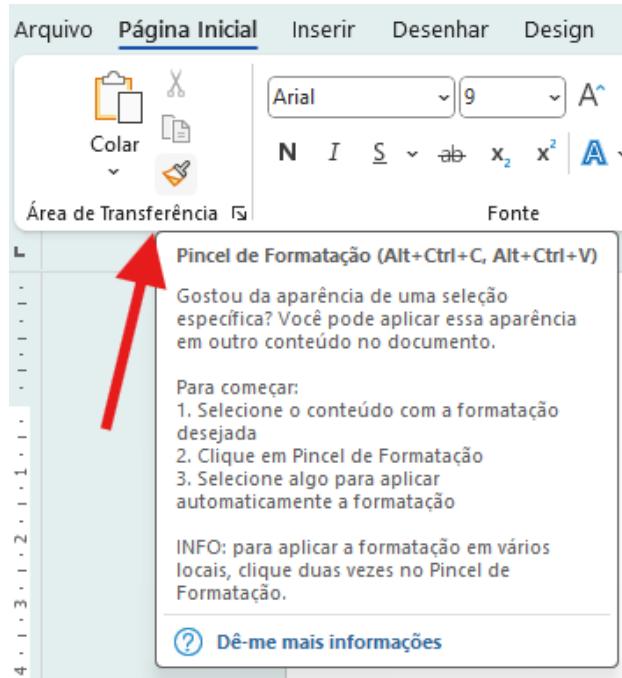
Segue abaixo as proposições com os elementos das colunas I e II da respectiva questão:

1A - Contagem de palavras: durante a revisão de um trabalho acadêmico, Vilma utilizou um recurso do Word 2016 para verificar se o documento estava dentro do limite de especificações (páginas, caracteres, parágrafos e linhas) exigidos pela universidade. Assim, conseguiu ajustar o conteúdo sem ultrapassar o número máximo permitido. **Explicação:** o recurso contagem de palavras no Word é uma ferramenta que exibe estatísticas detalhadas de um documento ou de uma seção selecionada, mostrando a quantidade de páginas, palavras, caracteres (com e sem espaços), parágrafos e linhas. Essa função é acessada pela guia "Revisão" ou diretamente na barra de status na parte inferior da janela do aplicativo.



2D - Pincel de Formatação: ao editar um relatório, Mathias utilizou um recurso que permitiu copiar o tipo e o tamanho da fonte, bem como o espaçamento entre linhas e parágrafos, de uma parte do documento para outros trechos. Dessa forma, assegurou uma formatação uniforme em todo o documento e optou por aplicar o mesmo procedimento nos demais relatórios de seu departamento.

Explicação: o Pincel de Formatação é usado para aplicar rapidamente a mesma formatação, como cor, estilo de fonte e tamanho ou estilo de borda, a várias partes de texto ou gráficos. Com o pintor de formato, você pode copiar toda a formatação de um objeto e aplicá-la a outro — considere-a como copiar e colar para formatação.



3B – Macro: em uma empresa de consultoria, Pedro criou um script para automatizar o cálculo mensal das vendas e gerar relatórios automaticamente. Dessa forma, reduziu erros e agilizou a rotina do setor financeiro. **Explicação:** uma macro no Excel é uma sequência de comandos ou ações gravadas que podem ser repetidas automaticamente para realizar tarefas repetitivas. Ela automatiza processos, como preencher planilhas, formatar dados ou gerar relatórios, economizando



tempo e reduzindo erros. As macros são escritas na linguagem de programação VBA (Visual Basic for Applications).

1 Antes de gravar uma macro

As ferramentas Macros e VBA podem ser encontradas na guia **Desenvolvedor**, que fica oculta por padrão, portanto, a primeira etapa é habilitá-la. Para saber mais, confira [Mostrar a guia Desenvolvedor](#).



2 Gravar uma macro

1. No grupo **Código**, no separador **Programador**, clique em **Gravar Macro**.
2. Opcionalmente, introduza um nome para a macro na caixa **Nome** da macro, introduza uma tecla de atalho na caixa **Tecida de atalho** e uma descrição na caixa **Descrição** e, em seguida, clique em **OK** para iniciar a gravação.



3. Execute as ações que pretende automatizar, como introduzir texto automático ou preencher uma coluna de dados.
4. Na guia **Desenvolvedor**, clique em **Interromper Gravação**.



4C - CONT.SE: Lucas trabalha em um arquivo onde foram registrados diferentes tipos de atendimentos, nomeados como incidente, normal, inconsistente, pendente, reaberto, entre outros. Na coluna B, que vai de B2 a B1000, constam as datas de ocorrência desses tickets. Para contar quantos chamados do tipo pendentes existem, elaborou uma fórmula que traz o resultado de forma precisa. **Explicação:** A função CONT.SE, no Excel, é uma função estatística que conta o número de células em um intervalo que atendem a um único critério ou condição. Por exemplo, ela pode ser usada para contar quantas vezes um determinado nome aparece em uma lista de clientes ou quantas vendas foram realizadas por um vendedor específico.

Sintaxe básica: CONT.SE(intervalo; critério).

- **intervalo:** As células que você deseja avaliar.
- **critério:** A condição que determina quais células serão contadas (pode ser um número, texto ou uma expressão)

No cenário da proposição, para contar quantos chamados do tipo pendentes existe na planilha onde ficam registrados os diferentes tipos de atendimentos, Lucas elaborou a fórmula =CONT.SE(B2:B1000; "pendentes")

Considerando o conteúdo programático e o conhecimento esperado, presume-se a familiaridade com os recursos dos aplicativos descritos que não compromettesse a compreensão das proposições.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

341 – ANALISTA CONTÁBIL

QUESTÃO 30

O recurso é improcedente, pois a alternativa “C” (Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais) é a que contém somente demonstrativos que tratam do aspecto patrimonial, pois o Balanço Patrimonial mostra a posição dos ativos e passivos e a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações ocorridas no patrimônio e o resultado patrimonial do exercício, sendo assim a alternativa correta para a resposta da questão.

Na alternativa “B” Balanço Patrimonial e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL): a DMPL é um demonstrativo mais comum em entidades privadas e, embora o balanço patrimonial também aborde o tema, a DVP é o substituto mais adequado no setor público. As empresas estatais dependentes mencionadas pela recorrente, constituídas sob a forma de sociedades anônimas, são entidades de direito privado, não se encaixando no escopo da questão.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 31

O recurso é improcedente, pois a alternativa “A” descreve o conceito de "Dívida Pública Mobiliária" de acordo com o artigo 29 da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), pois ela se refere aos títulos de dívida emitidos pelas esferas de poder público (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), incluindo os títulos de responsabilidade do Banco Central do Brasil quando emitidos por delegação do Tesouro Nacional, sendo assim a alternativa correta para a questão.

Dívida Pública Mobiliária é a parcela da dívida pública consolidada que se constitui por títulos e valores mobiliários, como notas do Tesouro, títulos públicos federais, estaduais e municipais, e emissões de outras entidades públicas. Abrangência abrange os títulos emitidos por todas as esferas de governo (União, Estados e Municípios) e pelo Banco Central do Brasil, quando este atua por delegação. Finalidade: Estes títulos são emitidos para financiar as atividades e operações do governo, cobrindo despesas orçamentárias, déficits e outras necessidades financeiras.

Por que as outras alternativas estão incorretas: a alternativa “B” descreve gastos com bens, não o conceito de dívida pública mobiliária. A alternativa “C” refere-se aos valores de financiamentos e não necessariamente aos títulos mobiliários (que são uma forma específica de dívida). A alternativa “D”, embora inclua emissão de títulos, a definição é muito ampla, pois engloba também empréstimos e financiamentos (que são dívida consolidada), e não foca exclusivamente na natureza "mobiliária" dos títulos.

Embora o artigo 34 mencione que a partir de 2 anos após a publicação desta lei, a questão foi específica ao escopo no artigo 29, inclusive reproduzindo o que está descrito em seu item II.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.



342 – ARQUITETO E URBANISTA

QUESTÃO 22

O recurso é improcedente, pois o estilo gótico emprega três elementos típicos: o arco ogival, a abóbada sobre arestas e o uso de arcobotantes. Sobre esses, temos:

A abóbada nervurada sobre arestas é composta por arcos ogivais altos e estreitos. As nervuras conduzem os empuxos da abóbada para 04 pontos que devem ser reforçados: as colunas que a sustentam. Essas colunas, espaçadas regularmente no interior da igreja, dispensam o uso de grossas paredes, liberando espaço interno. O sistema de construção é escorado por uma série de arcobotantes, que não são nervurados, que se trata de um segmento de arco situado no exterior do edifício, assemelhando-se a pernas de aranhas. Esse elemento nasce do arranque da abóbada e transmite o empuxo até o contraforte, permitindo uma maior estabilidade nas alturas e vãos compridos desse novo estilo. O arco ogival é composto por dois segmentos de arco, conferindo-lhe um aspecto pontudo, mais estreito e alto. A acentuada verticalidade desse arco possibilita que as tensões que se pousam sobre ele sejam predominantemente verticais, distribuindo-se diretamente ao chão através das colunas e diminuindo a força lateral do componente vertical. Com isso, as edificações góticas conseguem alcançar alturas maiores, suportando uma carga maior.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 23

O recurso é improcedente, pois de acordo com a norma da ABNT NBR 6492/2021, item 6 que trata da caracterização e dos documentos técnicos apresentados nas etapas de desenvolvimento de projeto específico, seu item 6.1 que trata do levantamento de dados para o projeto urbanístico, dividido nos itens 6.1.2.1 que trata de documentos gráficos e item 6.1.2.2 que trata dos documentos escritos, temos que conforme solicitado no enunciado, para o levantamento de dados para o projeto urbanístico, os documentos escritos são compostos por relatórios técnicos sobre os levantamentos realizados, como de topografia, sondagem, vizinhança, aspectos ambientais e outros pertinentes, que permitam tomar decisões durante o desenvolvimento do projeto urbanístico, contendo:

- Dados ambientais locais: como temperaturas, pluviosidades, insolação, regime de ventos e marés, com as respectivas fontes; níveis de poluição do ar, do solo, das águas e sonora, com identificação dos responsáveis pela medição, e o método de instrumentos utilizados.
- Dados urbanísticos: uso e ocupação do solo e padrões arquitetônicos e urbanísticos do entorno; infraestrutura disponível, considerando as redes de água e esgoto, gás, energia, transporte urbano; condições de tráfego.
- Dados legislativos: de limitação no terreno ou gleba; das exigências específicas da prefeitura ou outros organismos.
- Registros fotográficos de terreno ou gleba e vizinhança, preferencialmente coloridas e com indicação esquemática dos pontos de vista e textos explicativos, quando necessário (Conforme descrito na alternativa “C”).

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.



QUESTÃO 24

O recurso é improcedente, pois o termo fluxo energético ou potência (ambos são termos conhecidos) é conhecido e tem como definição: quantidade de energia consumida por uma fonte de luz, a sua unidade é em Watts (W).

Desta forma, a alternativa que expressa corretamente o que foi solicitado no enunciado é a alternativa “B”.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 25

O recurso é procedente, a questão deverá ter seu gabarito alterado de “C” para “B”.

Portanto, a banca examinadora defere o recurso interposto para a questão 25, alterando o seu gabarito de “C” para “B”.

QUESTÃO 30

O recurso é improcedente, pois, considerando os componentes de acessibilidade, uma rota acessível deve atender os seguintes requisitos gerais:

Orientação: a configuração arquitetônica deve permitir reconhecer a identidade e as funções da edificação, assim como a localização das atividades e os caminhos a percorrer. **Deslocamento:** as circulações horizontais devem possuir dimensões que permitam o livre movimento de todos e em especial de pessoa em cadeira de rodas. **Uso:** deve ser possível o acionamento de todos os elementos que permitem a continuidade do deslocamento ao longo das rotas com autonomia, segurança e conforto, tais como maçanetas, botoeiras de elevadores, corrimãos, e dispositivos de saída de emergência. **Comunicação e Informação:** todos os elementos e dispositivos que permitam o acesso à informação e a comunicação interpessoal devem também poder ser percebidos e utilizados por pessoas com deficiências sensoriais.

Como solicitado no enunciado da questão, a alternativa que apresenta um requisito geral de orientação é a alternativa “D”. As demais correspondem a outros requisitos.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 32

O recurso é improcedente, pois de acordo com a ABAP (2014), a única alternativa correta é a “A” que apresenta o texto: “É apresentado por meio de desenhos e números, nas escalas convenientes e adequadas para a total compreensão do projeto e sua implantação”. Isto porque o projeto executivo é apresentado por meio de números e desenhos, nas escalas convenientes e adequadas para a total compreensão do projeto e sua implantação. É composto no mínimo por plantas, cortes e detalhes construtivos. O projeto executivo deve ser acompanhado dos memoriais descritivo e quantitativo e orçamento detalhado. Importante destacar que compreender o projeto significa entender a fundo todos os aspectos do empreendimento, desde seus objetivos até os recursos, riscos e partes interessadas envolvidas.



Já a alternativa “B”, que apresenta o texto “É apresentado através de peças gráficas, plantas, cortes, elevações, ilustrações, de forma a permitir o total entendimento do projeto” é incorreta porque o anteprojeto e não o projeto executivo que deve ser apresentado através de peças gráficas, plantas, cortes, elevações, ilustrações, de forma a permitir o total entendimento do projeto. O partido adotado deve se explicitado, assim como a distribuição espacial das atividades e a indicação do tratamento paisagístico e linguagem de desenho a ser imprimido a cada espaço. Entender o projeto é levantar as informações de forma objetiva e racional, reconhecer o significado destas informações, o objetivo do projeto, os prazos e escopo, para então criar elementos que serão utilizados para execução do projeto executivo.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 33

O recurso é procedente, a questão deverá ser anulada e atribuído ponto a todos os candidatos presentes à aplicação da Prova Objetiva.

Portanto, a banca examinadora defere o recurso interposto para a questão 33, anulando-a.

QUESTÃO 34

O recurso é improcedente, pois a proposição I está correta porque nas instalações hidráulicas, quando a água, ao descer com velocidade elevada pela tubulação, é bruscamente interrompida, ficando os equipamentos das instalações sujeitos a golpes de grande intensidade (elevação de pressão). Se um líquido, ao passar por uma calha, tiver sua corrente bruscamente interrompida, seu nível subirá rapidamente, passando a escorrer pelos lados. Se tal fenômeno for observado dentro de um tubo, o líquido, não tendo por onde sair provocará um aumento de pressão contra as paredes do tubo, causando sérias consequências na instalação.

A proposição II está incorreta, pois as caixas de descarga de embutir e acopladas, são sempre as preferíveis em prédios residenciais porque consomem menos água, não fazem barulho e não provocam golpes de arête.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 38

O recurso é improcedente, pois a alternativa “C” está incorreta porque o tecnotopismo emergiu como uma corrente que explorava as possibilidades das novas tecnologias para aprimorar a qualidade de vida nas cidades, introduzindo inovações tecnológicas no planejamento urbano. (HALL, 1998). O tecnotopismo não é uma teoria da urbanização, é uma ideologia de abordagem que enfatiza como a tecnologia pode ser aplicada para resolver problemas sociais. A teoria da urbanização são as estruturas acadêmicas que explicam os processos pelos quais as cidades crescem, se desenvolvem e se modificam. Dessa forma, por não se tratar de uma teoria da urbanização, somente a alternativa “A” é correta.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.



QUESTÃO 39

O recurso é improcedente, pois de acordo com o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, mencionado no enunciado da questão tem-se que: “Em vias rurais as placas devem ser implantadas com 1,2 metros de altura, a contar da borda inferior da placa à superfície da pista de rolamento”, conforme a alternativa “D”.

Conforme o Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN – Volume II, Sinalização Vertical de Advertência, em vias rurais as placas devem ser implantadas com 1,2 metros de altura, a contar da borda inferior da placa à superfície da pista de rolamento. (Página 23 do Manual), disponível em: https://www.gov.br/transportes/pt-br/pt-br/assuntos/transito/arquivos-senatran/educacao/publicacoes/manual_volt_ii_-2.pdf

Importante destacar que a questão foi elaborada com o fundamento no tema, “Projeto de implantação de infraestrutura de arruamento, equipamentos urbanos e sinalização viária”, devidamente previsto no Edital do Certame.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 40

O recurso é improcedente, pois a alternativa “C” está incorreta porque corresponde ao conceito de revitalização urbana e não requalificação como é solicitado no enunciado da questão. O processo de revitalização caminha por três vertentes, sendo os projetos arquitetônicos para novos usos em edifícios antigos, o envolvimento da população nas formulações de políticas públicas e na integração da gestão compartilhada entre o público e o privado.

A alternativa “D” está correta porque o termo requalificação é utilizado para ações que procuram o reordenamento, a proteção e a recuperação dos centros urbanos, integrando questões econômicas, ambientais e socioculturais com o objetivo de impulsionar a introdução ou a reintrodução de atividades urbanas em áreas degradadas ou abandonadas, a requalificação busca trazer novas centralidades, podendo ser também conhecida como uma política de centralização.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.



343 – ASSISTENTE JURÍDICO

QUESTÃO 36

O recurso é improcedente, pois a alternativa “como a obrigação é indivisível, os herdeiros são obrigados a dívida toda, mas todos reunidos serão considerados como um devedor solidário em relação aos demais devedores” está correta, pois em completa consonância com o disposto no Código Civil, observe-se: “Art. 276. Se um dos devedores solidários falecer deixando herdeiros, nenhum destes será obrigado a pagar senão a quota que corresponder ao seu quinhão hereditário, salvo se a obrigação for indivisível; mas todos reunidos serão considerados como um devedor solidário em relação aos demais devedores.” A alternativa “Bento e Mel tornam-se automaticamente herdeiros solidários e Natália poderá cobrar deles a dívida de Mauro, desde que limitada ao respectivo quinhão hereditário.” está errada, pois diverge do que consta na legislação, uma vez que se trata de obrigação indivisível.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.



344 – ASSISTENTE SOCIAL

QUESTÃO 22

O recurso é improcedente, pois conforme enunciado da questão solicitou o que se dispõe no referido Estatuto, segue: Art. 81. Para as ações cíveis fundadas em interesses difusos, coletivos, individuais indisponíveis ou homogêneos, consideram-se legitimados, concorrentemente: I – o Ministério Público; II – a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; III – a Ordem dos Advogados do Brasil; IV – as associações legalmente constituídas há pelo menos 1 (um) ano e que incluam entre os fins institucionais a defesa dos interesses e direitos da pessoa idosa, dispensada a autorização da assembleia, se houver prévia autorização estatutária.

Fonte: BRASIL. Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 29

O recurso é improcedente, pois os CRAS e os CREAS são unidades públicas **estatais** instituídas no âmbito do Suas, que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social.

A única alternativa correta é a "B", que apresenta o § 6º "O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) coletará informações que caracterizem a condição socioeconômica e territorial das famílias, as quais serão objeto de checagem em outras bases de dados, nos termos estabelecidos em ato do Poder Executivo federal".

Fonte: BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 35

O recurso é improcedente, pois o princípio do reconhecimento do ser social: a forma como o homem produz sua vida material expressa sua inserção na rede de relações sociais, bem como o nível de sua consciência social; Princípio da atividade: retrata seu mundo interior, a unidade de sua consciência; Princípio da sistematização: todo o fenômeno deve ser revelado na sua condicionalidade, portanto é preciso definir sua natureza, relações e base de seu surgimento; Princípio da totalidade: todo o fenômeno é multidimensional e deve ser apreendido enquanto totalidade composta por determinantes políticos, econômicos, sociais, culturais e históricos.

Fonte: PRATES, Jane Cruz. A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialético crítica de Inspiração Marxiana. Revista Virtual Textos & Contextos, nº 2, dez. 2003.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.



345 – BIBLIOTECÁRIO

QUESTÃO 29

O recurso é improcedente, pois o candidato questiona o gabarito oficial (que classifica a enciclopédia como fonte de informação secundária), afirmando que seria uma fonte de informação terciária. O recurso sustenta sua afirmação indicando um link para uma página informativa de uma universidade norte-americana chamada Sourthern New Hampshire University. De acordo com o site, “uma enciclopédia é uma fonte terciária. Uma fonte terciária é uma combinação e coleção de fontes primárias e secundárias. Uma fonte terciária é um bom ponto de partida para obter uma visão geral de um assunto” (<https://libanswers.snhu.edu/faq/133918>).

Além de não apresentar a fonte de onde retirou tal definição, a definição de fonte terciária apresentada pelo site da universidade não condiz com a definição dada pela bibliografia consolidada em língua portuguesa e utilizada pelos cursos de biblioteconomia e documentação do país.

De acordo com Campello, (...) os documentos (ou fontes) produzidos ao longo do processo de pesquisa podem ser classificados como primário, secundários e terciários. Documentos primários são geralmente aqueles produzidos com a interferência direta do autor da pesquisa (...), estariam principalmente no início do processo, incluindo, por exemplo, relatórios técnicos, trabalhos apresentados em congressos, teses e dissertações patentes (CAMPELLO, 2000, p.27-28). Já as fontes secundárias têm a função de facilitar o uso do conhecimento disperso nas fontes primárias. As fontes secundárias apresentam a informação filtrada e organizada de acordo com um arranjo definido, dependendo de sua finalidade. São representadas, por exemplo, pelas encyclopédias, dicionários, manuais, tabelas, revisões de literatura, tratados, certas monografias e livros-texto, anuários e outras (CAMPELLO, 2000, p.28). As fontes terciárias são aquelas que têm a função de guiar o usuário para as fontes primárias e secundárias. São bibliografias, os serviços de indexação e resumos, os catálogos coletivos, os guias de literatura, os diretórios e outras (CAMPELLO, 2000, p.28).

Desta forma, além de classificar a encyclopédia como fonte de informação secundária, o texto de Campello diferencia as fontes de informação terciária das demais fontes de forma mais completa e precisa, apontando a função das mesmas: de acordo com a autora, a função da fonte de informação terciária é “guiar o usuário para as fontes primárias e secundárias” (CAMPELLO, 2000, p.28) e não, como afirma o site apontado pelo Recurso, “obter uma visão geral sobre um assunto”.

Eduardo Wense Dias apresenta um longo capítulo sobre obras de referência onde trata também das encyclopédias. Sua definição de encyclopédia condiz com a definição de fonte secundária de Campello ao firmar que “A forma e função das grandes encyclopédias gerais são bem conhecidas do profissional da informação e dos estudantes em geral. As encyclopédias temáticas, ou especializadas, têm a mesma função das encyclopédias gerais, isto é, apresentar, de forma concisa, e facilmente acessível, informações a respeito do assunto de sua especialização (DIAS, 2000, p.200).

Fonte: CAMPELLO, Bernadete; CENDÓN, Beatriz; KREMER, Jeannete. *Fontes de informação para pesquisadores e profissionais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. DIAS, Eduardo Wense. Obras de referência. In: CAMPELLO, Bernadete; CENDÓN, Beatriz; KREMER, Jeannete. *Fontes de informação para pesquisadores e profissionais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.



346 – BIÓLOGO

QUESTÃO 21

O recurso é improcedente, pois tanto as focas como os falcões estão presentes no Mar Báltico. Dentre os falcões ou falconiformes, estão os gêneros *Buteo* e *Falco*, sendo este último com duas espécies.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 24

O recurso é improcedente, pois a questão versa sobre uma estação de tratamento de esgoto e o lançamento desse esgoto sem tratar em um rio e as consequências disso. Recentemente, ocorreu algo semelhante com a estação de tratamento de esgoto no município de Mongaguá, onde o lançamento de esgoto não tratado no mar próximo às praias causou eutroficação.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 27

O recurso é improcedente, pois, ao que parece, o candidato se equivocou quando da conferência do gabarito oficial publicado, razão pela qual segue abaixo para cotejo:

346 – Biólogo																												
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29
D	C	D	B	A	C	B	B	D	C	B	C	A	D	D	B	D	B	D	B	C	D	A	B	C	D	B	A	A

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 30

O recurso é procedente, a questão deverá ser anulada e atribuído ponto a todos os candidatos presentes à aplicação da Prova Objetiva.

Portanto, a banca examinadora defere o recurso interposto para a questão 30, anulando-a.

QUESTÃO 33

O recurso é improcedente, pois os dinoflagelados são responsáveis pela grande maioria de marés vermelhas, como os gêneros *Karenia* e *Gymnodinium*. Cianobactérias como o *Trichodesmium erythraeum* proliferam em águas tropicais e subtropicais pobres em nutrientes, isto é, onde não há eutroficação. É uma cianobactéria fixadora de nitrogênio, diazotrófica.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.



347 – COMUNICAÇÃO SOCIAL

QUESTÃO 24

O recurso é improcedente, pois a criação de um logotipo e uma tagline ("Jarinu – Viva o Interior") é uma estratégia de branding, que visa criar uma identidade única e distintiva para a cidade. Já a legislação municipal (Lei n.º 2.212/2023 e Decreto n.º 3.334/2023) que institui e regulamenta a marca é um exemplo de como a prefeitura está trabalhando para consolidar a identidade da cidade. Aqui a legislação foi citada para fundamentar o contexto, pois o objetivo de impulsionar a procura pelo destino e aumentar o fluxo de turistas é uma estratégia de marketing territorial, que visa promover a cidade e sua economia local.

Desse modo, a única alternativa correta é a "B" (gestão de marcas ...), pois o texto descreve como a prefeitura está trabalhando para construir, comunicar e manter a identidade pública da cidade. No enunciado não se pede esclarecimentos sobre a legislação.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 26

O recurso é improcedente, pois a teoria do Agendamento ou Agenda Setting sugere que os meios de comunicação têm a capacidade de influenciar o que as pessoas pensam e falam, ao definir a agenda de temas e assuntos que são considerados importantes. No cenário midiático atual, os algoritmos e as redes sociais desempenham um papel importante na definição da agenda de temas e assuntos que são apresentados aos usuários.

Assim, a teoria do Agendamento ou Agenda Setting é relevante para entender como os meios de comunicação e as redes sociais influenciam a opinião pública e a percepção da realidade.

- As outras opções não são corretas porque:

- (A) Agulha Hipodérmica é uma teoria que sugere que os meios de comunicação têm um impacto direto e poderoso na audiência, o que não é mais considerado uma visão precisa do processo de comunicação.
- (B) Desinformação é um fenômeno que ocorre no cenário midiático atual, mas não é uma teoria da comunicação.
- (D) Espelho preconiza apenas o relato, reflexo do que se vê e está ligada diretamente ao jornalismo.

Sobre referencial bibliográfico, basta estudar sobre a teoria do Agendamento ou Agenda Setting em material de pesquisa e teorias da comunicação, desenvolvida por Maxwell McCombs e Donald Shaw nos anos 1970. Ela sugere que os meios de comunicação têm a capacidade de influenciar a opinião pública ao definir a agenda de temas e assuntos que são considerados importantes. A teoria é relevante para entender como os meios de comunicação e as redes sociais influenciam a percepção da realidade e a opinião pública.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.



QUESTÃO 27

O recurso é improcedente, pois no enunciado da questão não há referência à legislação, mas a prática (que pode e deve ser punida pela lei). A proposição II destaca o problema de a comunicação governamental ser utilizada para fins políticos, em vez de servir ao interesse público, o que, acontece em contextos da comunicação governamental no Brasil e, que podem e devem ser punidos, por exemplo, o Desastre de Brumadinho (2019): A comunicação governamental foi lenta e confusa, o que dificultou as ações de resposta e resgate. A população não recebeu informações precisas sobre as áreas de risco e as medidas de evacuação. A pandemia de COVID-19 no Brasil (2020): A comunicação governamental foi confusa e contraditória, o que contribuiu para a desinformação e a falta de confiança na resposta do governo.

Assim, conforme mencionado pelo candidato, “a proposição III traz uma análise subjetiva com propensão a crítica e um julgamento negativo, sendo que há grandes feitos eficazes da comunicação brasileira”, não é o foco da questão, tão pouco há julgamento de valor.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 29

O recurso é improcedente, pois o enunciado leva a respostas sem ambiguidade, pois a prefeitura pode utilizar diferentes tipos de pesquisa de opinião, como: Pesquisas quantitativas (por exemplo, questionários, entrevistas telefônicas); Pesquisas qualitativas (por exemplo, grupos focais, entrevistas em profundidade) e utilizar diferentes técnicas de pesquisa de opinião, como Entrevistas pessoais; Entrevistas telefônicas; Questionários online e Grupos focais.

Quanto à fundamentação, qualquer bibliografia sobre pesquisa e metodologia da pesquisa em comunicação acompanha este conceito.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 35

O recurso é improcedente, pois o enunciado leva ao questionamento sobre legislações que são pertinentes e que orientam a atuação do comunicador público em uma prefeitura. Assim:

A Lei n.º 12.527/2011 (proposição I) é a Lei de Acesso à Informação, que garante ao cidadão o direito de receber informações de interesse público. A Lei n.º 9.394/1996 (proposição II) é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que não se relaciona diretamente com a comunicação pública. A Lei n.º 8.429/1992 (proposição III) é a Lei de Improbidade Administrativa, que pune o uso indevido da publicidade governamental para autopromoção. A Lei n.º 12.232/2010 (proposição IV) regulamenta as contratações de publicidade pela administração pública. A Constituição Federal/1988 (proposição V) estabelece o direito à informação e à comunicação como direitos fundamentais do cidadão.

A Proposição I (Correta): A Lei n.º 12.527/2011 é fundamental para a comunicação pública, pois garante o acesso à informação. A proposição II (Incorreta): A Lei n.º 9.394/1996 não se relaciona diretamente com a comunicação pública. A proposição III (Correta): A Lei n.º 8.429/1992 é



**INSTITUTO
mais.org.br**

O Futuro é nosso Presente

Instituto Mais de Gestão e Desenvolvimento Social

Rua Estevão Lopes, 133 • Butantã • São Paulo/SP

CEP: 05.503-020 • Fone: (11) 2539-0919

importante para evitar a autopromoção na comunicação pública. A proposição IV (Correta): A Lei n.º 12.232/2010 regulamenta as contratações de publicidade pela administração pública. A proposição V (Correta): A Constituição Federal/1988 estabelece o direito à informação e à comunicação como direitos fundamentais do cidadão.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.



348 – CONTADOR

QUESTÃO 23

O recurso é improcedente, pois o candidato alega que a questão deveria ser anulada por exigir conhecimento específico da Lei n.º 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), conteúdo que, segundo ele, não estaria expressamente indicado no edital, caracterizando violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Importante destacar que a questão não exigiu conhecimento literal da Lei n.º 6.404/1976, visto que apresentou dados contábeis básicos de uma empresa e solicitou, de forma prática e objetiva, a correta apuração do resultado do exercício, a partir dos elementos típicos da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), tais como:

- Receita bruta
- Deduções de vendas
- Custo das mercadorias vendidas (CMV)
- Despesas operacionais (administrativas e comerciais)
- Resultado financeiro
- Equivalência patrimonial
- Impostos sobre o lucro

Assim sendo, trata-se de conhecimento geral e basilar de contabilidade, coberto por qualquer norma mínima de Contabilidade Geral, Contabilidade Societária ou Contabilidade Aplicada às Organizações, compatível inclusive com nível médio técnico em contabilidade, e, com mais razão, com o nível superior exigido para o cargo de Contador.

Vale destacar que a estrutura da DRE é conteúdo universal da ciência contábil.

Ademais, ainda que a Lei n.º 6.404/1976 seja uma das normas que disciplina a apresentação da DRE, tal estrutura também está consagrada em:

- ✓ NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis
- ✓ CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis
- ✓ Princípios fundamentais da Contabilidade (CFC)
- ✓ Literatura técnica básica (Iudícibus, Marion, Franco etc.)

Ou seja, não se trata de norma exclusiva da Lei das S.A., mas de conteúdo conceitual, clássico e universal da contabilidade, bem como não exigiu memorização de artigo de lei.

Bom destacar que em nenhum momento o candidato foi instado a citar artigo, parágrafo ou inciso da Lei n.º 6.404/1976 porque o comando da questão foi prático e operacional, baseado em cálculo contábil e interpretação de contas de resultado, o que é plenamente compatível com qualquer edital que inclua “Contabilidade Geral”, “Contabilidade Financeira” ou expressão semelhante.

O enunciado apresenta explicitamente todas as informações necessárias à resolução da questão, não havendo necessidade de consulta à legislação externa. Logo, não há que se falar em extração do edital.

Em remate, a jurisprudência citada é inaplicável ao caso concreto, veja: RMS 34.936/DF (STJ) aplica-se a situações em que há exigência direta, específica e literal de conteúdo não previsto, o que não ocorreu neste caso. Aqui, trata-se de conhecimento técnico-contábil essencial à formação do contador, intrínseco ao próprio cargo.



Abaixo segue a resolução da questão para cotejo:

Receita líquida: **1.200.000 – 180.000 = 1.020.000**

Lucro bruto: **1.020.000 – 540.000 = 480.000**

Resultado operacional: **480.000 – (160.000 + 100.000) = 220.000**

Resultado financeiro líquido: **30.000 – 45.000 = -15.000**

Resultado antes do IR/CSLL e equivalência: **220.000 – 15.000 = 205.000**

Resultado após equivalência patrimonial: **205.000 + 25.000 = 230.000**

Resultado líquido do exercício: **230.000 – 60.000 = 170.000**

Única alternativa correta é a “B”: **R\$ 170.000,00**.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 25

O recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada de acordo com o conteúdo previsto em Edital, a saber: 1.1. O conteúdo “Demonstrações Contábeis”. Logo, a matéria abordada na questão está inequivocamente prevista, sendo irrelevante o fato de a Lei n.º 6.404/1976 ou a NBC TG 26 não estarem listadas nominalmente. Essas normas são a base técnica que disciplina justamente as demonstrações contábeis, constituindo conhecimento mínimo esperado de um profissional contador.

A proposição I é correta porque a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) é obrigatória para entidades que seguem integralmente as normas contábeis emitidas pelo CFC/CPC (IFRS plenas), conforme NBC TG 26 (R5), itens 10(e), 106 e 107, que estabelecem a DMPL como parte do conjunto completo das demonstrações contábeis exigidas pelas normas completas (full IFRS).

A proposição II é correta porque a Lei nº 6.404/1976 não impõe a apresentação da DMPL, mas permite que ela substitua a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA), conforme artigo 186, § 2º, da Lei 6.404/1976, que expressamente autoriza a substituição da DLPA pela DMPL.

A proposição III é incorreta porque a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) são obrigatórias para todas as empresas, conforme o § 6º do artigo 176 da Lei nº 6.404/1976, que prevê exceção à obrigatoriedade da DFC para determinadas empresas fechadas de menor porte.

Importante destacar que a DRE é obrigatória para todas, mas a DFC não é obrigatória em todos os casos, invalidando a assertiva.

A proposição IV é correta porque as notas explicativas devem integrar as demonstrações, trazendo critérios de avaliação e políticas contábeis relevantes, conforme a NBC TG 26 (R5), itens 112 a 117, que estabelecem que as notas explicativas são parte integrante do conjunto completo das demonstrações contábeis.

Desse modo, não há qualquer ilegalidade, quebra de isonomia ou insegurança jurídica.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.



QUESTÃO 26

O recurso é improcedente, pois não há qualquer ambiguidade na identificação das contas, visto que a própria denominação da rubrica é clara e inequívoca: “Deduções e Impostos sobre Vendas – R\$ 100.000”.

Na técnica contábil, essa nomenclatura possui sentido unívoco: trata-se de contas redutoras da receita bruta, tais como:

- ✓ ICMS sobre vendas
- ✓ ISS (se aplicável)
- ✓ Devoluções
- ✓ Abatimentos e descontos incondicionais

Portanto, não existe base técnica para se afirmar que esta conta poderia ser confundida com “receita de vendas”. Pelo contrário: a própria palavra “deduções” define sua natureza redutora. Assim, a questão não é ambígua e não exige qualquer inferência indevida.

A receita bruta está expressamente indicada, ao contrário do alegado, pois consta na tabela, de forma objetiva: Receita Bruta de Vendas – R\$ 1.000.000.

Não há ausência de informação nem lacuna no enunciado. O candidato incorreu em erro material ao afirmar que “não há indicação de Receita Bruta”.

A estrutura está exatamente conforme a prática contábil da Demonstração do Resultado do Exercício:

1. Receita Bruta de Vendas
2. (–) Deduções e Impostos sobre Vendas
3. (=) Receita Líquida
4. (–) Custo das Mercadorias Vendidas
5. (=) Lucro Bruto
6. (–) Despesas Operacionais
7. (+/-) Resultado Financeiro
8. (=) Lucro Líquido do Exercício

Todos esses elementos foram claramente apresentados.

Abaixo segue a resolução da questão, de forma objetiva e direta, para cotejo.

Receita líquida de vendas: **1.000.000 – 100.000 = 900.000**

Lucro bruto: **900.000 – 600.000 = 300.000**

Resultado operacional: **300.000 – 180.000 = 120.000**

Resultado financeiro líquido: **10.000 – 20.000 = (10.000)**

Lucro líquido do exercício: **120.000 – 10.000 = 110.000**

Portanto, a existência de uma única resposta correta e tecnicamente validável afasta completamente qualquer hipótese de anulação por ambiguidade ou insuficiência de dados.

Por fim, compete destacar que o tema da questão está amparado pelo conteúdo programático previsto no Edital do Certame sobre o tema: “Apuração de resultados” e “Demonstrações contábeis”.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.



QUESTÃO 28

O recurso é improcedente, pois o erro na distinção entre receita orçamentária e receita patrimonial, no âmbito da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, decorre de equívoco conceitual do candidato.

O enunciado é claro ao afirmar que: “... a Lei n.º 4.320/1964 e o MCASP (11ª edição) estabelece critérios distintos para o reconhecimento da receita pública orçamentária e da receita patrimonial”.

Ou seja, o próprio enunciado já alerta expressamente que existem critérios distintos — não contraditórios — mas específicos para cada subsistema contábil, o que, longe de gerar ambiguidade, direciona corretamente o raciocínio técnico do candidato.

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público opera, tecnicamente, em dois subsistemas principais, cada qual com regime próprio:

Subsistema Orçamentário – Lei n.º 4.320/1964, artigo 35: “Pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas...”.

MCASP – 11ª edição – Parte II – item 2.2.1.2: “No subsistema orçamentário, a receita deve ser reconhecida no momento da arrecadação, ou seja, pelo regime de caixa”. Assim sendo, é inequívoco que a receita orçamentária é reconhecida no momento da arrecadação; e o regime aplicável é, exclusivamente, o regime de caixa, conforme a alternativa “A”.

MCASP – 11ª edição – Parte III – item 3.2.2.1: “No subsistema patrimonial, as receitas são reconhecidas pelo regime de competência, no momento do fato gerador...”.

NBC TSP 01 – item 5.6: “As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas devem ser reconhecidas segundo o regime de competência”.

Assim, a receita patrimonial (VPA) → segue o regime de competência; e a receita orçamentária → permanece no regime de caixa.

Isso demonstra que cada alternativa da questão foi construída em estrita conformidade com a norma específica do respectivo subsistema, não havendo qualquer conflito normativo.

Por fim, importante destacar que a questão foi elaborada com fundamento no tema: “Contabilidade Pública, Lei n.º 4.320/1964 e MCASP – 11ª edição.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 33

O recurso é improcedente, pois verifica-se que o candidato confundiu três conceitos distintos da contabilidade pública, quais sejam: Classificação econômica da despesa (critério macroeconômico) – objeto da questão; Categorias econômicas da despesa (corrente vs. capital) – nível agregador previsto no artigo 12 da Lei 4.320/1964; e Classificação institucional / elemento de despesa (art. 13) – não relacionada ao conceito cobrado.

Ao confundir esses níveis de classificação, o candidato baseou sua argumentação em um referencial normativo que não corresponde ao conceito perguntado.



A classificação econômica, também chamada na literatura de natureza econômica da despesa, não é uma listagem de itens, mas um critério conceitual, conforme o MCASP – 11ª edição, Parte II, item 2.3 (“Classificação da Despesa”): “A classificação econômica evidencia a natureza dos gastos públicos e seu impacto econômico sobre o setor público e a economia”.

Ou seja, a classificação econômica é um critério que discrimina a natureza e o impacto econômico da despesa, exatamente como afirma a alternativa “A”; e é um conceito abstrato, doutrinário e normativo, que fundamenta a separação entre despesas correntes e de capital — mas não se confunde com a lista dessas despesas. Portanto, a alternativa “A” é a única que está tecnicamente correta e alinhada ao MCASP.

O candidato cita o artigo 12 da Lei n.º 4.320/1964, que trata das categorias econômicas da despesa, ou seja: Despesas Correntes e Despesas de Capital, contudo, a listagem do artigo 12 é um resultado aplicado da classificação econômica, e não sua definição conceitual.

Quanto à alternativa “B”, o candidato está equivocado, conforme o artigo 13 da Lei 4.320/1964, visto que trata da classificação institucional e do elemento de despesa, e **não** da classificação econômica.

A classificação institucional identifica órgão, unidade, programa, ação etc., que é diferente da classificação econômica (natureza × impacto).

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 37

O recurso é improcedente, pois as alegações do candidato revelam confusão conceitual entre RGPS e RPPS, bem como interpretação equivocada das normas aplicáveis. A Lei n.º 9.717/1998, norma matriz do RPPS, é absolutamente clara e não deixa margem para interpretação divergente.

Importante destacar que o texto literal da Lei n.º 9.717/1998 confirma integralmente a alternativa “D”, conforme o artigo 1º: “Os regimes próprios de previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios concederão apenas os benefícios de aposentadoria e pensão”.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 39

O recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada conforme tema previsto no Edital do certame, a saber: “Crimes contra as Finanças Públicas (Lei nº 10.028/2000)”, especialmente sobre os artigos 359-A a 359-H no Código Penal.

A única alternativa correta é a “B”, conforme o artigo 359-B, do Código Penal, e o crime se dá quando o agente público registra como dívida da administração uma despesa fictícia ou sem prévio empenho, inflando artificialmente os passivos do ente público. desse modo, inscrever em restos a pagar despesa inexistente (ou seja, despesa não regularmente constituída) se enquadra exatamente nessa conduta, portanto constitui crime contra as finanças públicas.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.



349 – CONTROLADOR INTERNO

QUESTÃO 22

O recurso é improcedente, pois a questão possui como única resposta correta a alternativa “A”, nos termos do artigo 75, inciso XIII, da Lei n.º 14.133/2021, vejamos: “Art. 75. É dispensável a licitação: [...] XIII - para contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação de critérios de técnica, quando se tratar de profissional técnico de notória especialização;”. Ao contrário do alegado, o enunciado da questão prevê expressamente a hipótese prevista no artigo 75, inciso XIII, da Lei n.º 14.133/2021, e não das hipóteses estabelecidas no artigo 74, inciso III, da referida Lei. Cabe ressaltar que, a correta interpretação do enunciado da questão faz parte da avaliação da prova.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 25

O recurso é improcedente, pois a questão possui como única resposta correta a alternativa “D”, nos termos do artigo 70 da Constituição Federal, vejamos: “Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder”. Ao contrário do alegado, o enunciado da questão prevê expressamente a hipótese prevista no artigo 70 da Constituição Federal, e não menciona qualquer ideia que remeta ao auxílio do controle externo. Não obstante, o controle externo é exercido pelo Poder Legislativo e não pelos Tribunais de Contas. Cabe ressaltar que, a correta interpretação do enunciado da questão faz parte da avaliação da prova.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 26

O recurso é improcedente, pois a questão possui como única resposta correta a alternativa “C”, nos termos do artigo 11, inciso V, e, da Lei n.º 8.213/1991, vejamos: “Art. 11. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas: [...] V - como contribuinte individual: [...] e) o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social;”. Ao contrário do alegado, a alternativa “C” está fundamentada na descrição literal do artigo 11, inciso V, e, da referida Lei, o que afasta a alegação de inexistência de dispositivo legal. Cabe ressaltar que, a correta interpretação do enunciado da questão faz parte da avaliação da prova. Dessa forma, não há motivo para a anulação da questão.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.



QUESTÃO 27

O recurso é improcedente, pois a questão possui como única resposta correta a alternativa “B”, nos termos do artigo 8º-B, inciso II, da Lei n.º 9.717/1998, vejamos: “*Art. 8º-B Os dirigentes da unidade gestora do regime próprio de previdência social deverão atender aos seguintes requisitos mínimos: [...] II - possuir certificação e habilitação comprovadas, nos termos definidos em parâmetros gerais;*”. Ao contrário do alegado, a alternativa “B” está fundamentada na descrição literal do artigo 8º-B, inciso II, da referida Lei, o que afasta a alegação de inexistência de dispositivo legal. Em que pese, constar um erro material no que se refere apenas ao ano da Lei n.º 9.717/1998 no enunciado da questão, ele não compromete o correto entendimento do candidato quanto à matéria, não podendo alegar o desconhecimento da lei para motivar a pretensão recursal.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 30

O recurso é improcedente, pois a questão possui como única resposta correta a alternativa “A”, nos termos do item 7.20 do CPC 00 (R2), vejamos: “*7.20 A agregação é a soma de ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas ou despesas que possuem características compartilhadas e são incluídas na mesma classificação*”. Ao contrário do alegado, a alternativa “A” está fundamentada na descrição literal do referido item, o que afasta a alegação de ausência de definição técnica (e não, norma interpretativa), uma vez que se trata de norma contábil brasileira, emitido por órgão competente e aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, sendo de observância obrigatória, nos termos do Decreto-Lei n.º 9.295/1946, não podendo alegar o desconhecimento da lei para motivar a pretensão recursal.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 34

O recurso é improcedente, pois a questão possui como única resposta correta a alternativa “D”, nos termos do item 4.4.1.3 do Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público, expressamente previsto no Conteúdo Programático do Edital, vejamos: “*4.4. ETAPAS DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA [...] 4.4.1.3. Programação Orçamentária e Financeira. A programação orçamentária e financeira consiste na compatibilização do fluxo dos pagamentos com o fluxo dos recebimentos, visando ao ajuste da despesa fixada às novas projeções de resultados e da arrecadação*”. Ao contrário do alegado, a alternativa “D” está fundamentada na descrição literal do referido Manual, o que afasta a alegação do recorrente, que demonstra o desconhecimento do Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público, cujo conteúdo foi previsto expressamente no Edital, para motivar a pretensão recursal. Dessa forma, não há motivo para a anulação da questão.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.



QUESTÃO 35

O recurso é improcedente, pois a questão possui como única resposta correta a alternativa “A”, nos termos do item 4.7.2 do Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público, vejamos: “4.7.2. Restos a Pagar Não Processados (RPNP): Serão inscritas em restos a pagar não processados as despesas não liquidadas, nas seguintes condições: [...] O serviço ou material contratado tenha sido prestado ou entregue e que se encontre, em 31 de dezembro de cada exercício financeiro em fase de verificação do direito adquirido pelo credor (despesa em liquidação)”. Ao contrário do alegado, a alternativa “A” está fundamentada na descrição literal do referido Manual, o que afasta a alegação do recorrente de que restos a pagar não processados pode ser entendido como crédito empenhado em liquidação, pois se trata de outra hipótese (inscrição de restos a pagar não processados em liquidação), que não foi objeto do enunciado da questão.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 36

O recurso é improcedente, pois a questão possui como única resposta correta a alternativa “B”, nos termos do item 6.3 do Manual de Controles Internos do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, vejamos: “6.3 O Relatório de Auditoria A redação do relatório de auditoria interna deve ser: [...] Conclusiva: a informação deve permitir a formação de opinião sobre os fatos relatados”. Ao contrário do alegado, a alternativa “B” está fundamentada na descrição literal do referido Manual, o que afasta a alegação do recorrente, que demonstra o desconhecimento do Manual de Controles Internos do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo conteúdo foi previsto expressamente no Edital, para motivar a pretensão recursal.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 40

O recurso é improcedente, pois a questão possui como única resposta correta a alternativa “B”, nos termos do artigo 15, § 2º, da Lei n.º 4.320/1964, vejamos: “Art. 15. [...] § 2º Para efeito de classificação da despesa, considera-se material permanente o de duração superior a dois anos”. Em que pese o argumento do candidato, o enunciado da questão exigiu conhecimento sobre a definição de despesa material permanente, e não sobre a subsunção de fato hipotético ao dispositivo legal, tratando de conteúdo e não de caso hipotético. Sendo assim, conceitualmente está errado afirmar que despesa material permanente a duração superior a outro período, que não a prevista na alternativa “B”.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.



353 – FARMACÊUTICO

QUESTÃO 27

O recurso é improcedente, pois a questão tem apenas uma alternativa incorreta e, conforme comando da questão é a “A”, que está alinhada ao objetivo de identificar a exceção no Código de Ética Farmacêutica (Res. CFF nº 724/2022, Seção III). Portanto, as alegações sobre a alternativa “C” não configuram erro técnico.

A alternativa “C” diz que: “O farmacêutico punido tem direito a apresentar recurso ao Conselho Federal de Farmácia no prazo de 30 dias úteis a contar da ciência da penalidade”, portanto, a alternativa é correta, artigo 24 da Resolução CFF nº 724/2022 (Código de Processo Ético).

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 34

O recurso é improcedente, pois a alternativa correta se baseia na aplicação estrita dos prazos e limites formais da Portaria SVS/MS n.º 344/1998:

1. Carbamazepina (Lista C1):

- **Validade Legal da Receita:** 30 dias (Art. 52).
- **Situação:** Receita emitida há mais 90 dias.
- **Ação Obrigatória: Recusa** por perda de validade. Omitir informações sobre dispensação prévia exige que o farmacêutico siga o prazo legal da receita.

2. Clonazepam (Lista B1):

- **Limite Máximo de Tratamento:** 60 dias (Art. 46).
- **Situação:** Prescrito para 120 dias sem justificativa.
- **Ação Obrigatória: Recusa** por irregularidade de volume. A prescrição excede o limite legal sem o requisito de justificativa do prescritor.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.



**INSTITUTO
mais.org.br**

O Futuro é nosso Presente

Instituto Mais de Gestão e Desenvolvimento Social

Rua Estevão Lopes, 133 • Butantã • São Paulo/SP

CEP: 05.503-020 • Fone: (11) 2539-0919

354 – FISCAL AMBIENTAL

QUESTÃO 37

O recurso é procedente, a questão deverá ter seu gabarito alterado de “C” para “D”.

Portanto, a banca examinadora defere o recurso interposto para a questão 37, alterando o seu gabarito de “C” para “D”.



355 – FISCAL TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 29

O recurso é improcedente, pois o candidato entende que a alternativa C “... *também pode ser considerada certa.*” Indica, para justificar seu recurso, o artigo 2º, § 8º da Lei nº 6.830/1980, conhecida como Lei de Execução Fiscal. Desta feita, o recurso se restringe à alternativa (C), já que o recorrente afirma que ela “*também pode ser considerada certa*”. Não há qualquer pedido específico.

O enunciado da questão 29, objeto do recurso, era o seguinte: “29. A respeito das disposições da Lei nº 6.830/1980, conhecida como Lei de Execução Fiscal, assinale a alternativa correta”.

Para maior clareza, transcreve-se, também, o teor da alternativa (C), na íntegra: (C) Até a data da apresentação dos embargos pelo executado, a Certidão de Dívida Ativa poderá ser emendada ou substituída, assegurada a devolução do prazo para embargos. (grifou-se)

Ora, não assiste razão ao recorrente.

Na verdade, a alternativa “C” não reflete o disposto no parágrafo § 8º do artigo 2º da Lei de Execução Fiscal. Ao contrário do que consta da alternativa “C”, a norma estabelece que, até a decisão de primeira instância, a Certidão de Dívida Ativa poderá ser emendada ou substituída. Note-se o seu teor: “Até a decisão de primeira instância, a Certidão de Dívida Ativa poderá ser emendada ou substituída, assegurada ao executado a devolução do prazo para embargos”. (grifou-se)

Ou seja, não é até a apresentação dos embargos pelo executado, mas, sim, até a decisão de primeira instância.

A própria doutrina se manifesta neste sentido:

Determina o § 8º do art. 2º da Lei 6.830/80 que, até a decisão de primeira instância, a Certidão de Dívida Ativa poderá ser emendada ou substituída, assegurada ao executado a devolução do prazo para embargos. Essa possibilidade de substituição tem por finalidade, exclusivamente, permitir a correção de erros materiais. (grifou-se).

Fonte: Hugo de Brito M. **Manual de Direito Tributário - 15ª Edição 2025.** 15. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. E-book. p.375. ISBN 9786559776962. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559776962/>. Acesso em: 06 out. 2025, p. 375.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 33

O recurso é procedente, a questão deverá ser anulada e atribuído ponto a todos os candidatos presentes à aplicação da Prova Objetiva.

Portanto, a banca examinadora defere o recurso interposto para a questão 33, anulando-a.



356 – FISIOTERAPEUTA

QUESTÃO 30

O recurso é improcedente, pois essa estratégia é chamada de posicionamento lateral de proteção pulmonar. O pulmão não afetado fica para cima, facilitando a ventilação e otimizando a relação ventilação/perfusão, melhorando a oxigenação arterial.

Fonte: West JB. Fisiologia Respiratória: princípios básicos. 10^a ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018. Prina E, Torres A, Carvalho CRR. Clinical review: respiratory physiotherapy in patients with acute lung injury. Critical Care, 2011.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.



357 – FONOAUDIÓLOGO

QUESTÃO 26

O recurso é improcedente, pois o argumento do requerente não justifica a anulação da questão ou pode ser apontada como falsa.

Importante ressaltar que o enunciado é claro no que diz que quanto aos processos de leitura e escrita, o candidato deveria assinalar Verdadeiro ou Falso.

A alternativa colocada para ser avaliada pelo candidato aponta que a região do **córtex** da área de **broca** recebe informações visuais e auditivas as que facilitam o planejamento de controle da mão. Em momento algum está apontando relação direta ou indireta e tampouco os caminhos os quais os estímulos percorrem antes da chegada na região apontada (córtex da área de **broca**). Não aponta para duas conotações anulando ou ignorando o fato de existirem outras regiões também responsáveis por processamento sensorial que pode englobar para além das habilidades auditivas e visuais, como por exemplo a questão tátil.

O trecho “Esta área recebe informações visuais (para a cópia) e auditiva (para o ditado), facilitando o planejamento do controle da mão” – está claro que a **área recebe informações**, o que não justifica o que foi colocado como argumento no referido recurso que aponta: “cria-se a impressão de que a área de Broca recebe diretamente essas informações sensoriais...” // “Assim, a área de Broca não recebe esses dados de forma direta, mas sim indiretamente, após processamento prévio em áreas especializadas.”

A ausência dos termos “Direta ou indiretamente” não torna a proposição Falsa, porque a participação **existe** e há **relação** com o trecho: “Esta área recebe informações visuais (para a cópia) e auditiva (para o ditado), facilitando o planejamento do controle da mão”.

Fonte: “O que todo o professor precisa saber sobre neurologia – coleção Inclusão Escolar”. Ferreira, José Assencio Vicente. Capítulo II – ANATOMIA DA LINGUAGEM (fala, leitura e escrita).

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 27

O recurso é procedente, a questão deverá ter seu gabarito alterado de “B” para “A”.

Portanto, a banca examinadora defere o recurso interposto para a questão 27, alterando o seu gabarito de “B” para “A”.

QUESTÃO 40

O recurso é improcedente, pois a literatura aponta que o zumbido pode ser classificado em diversos tipos e causas. Há autores que dividem o zumbido em cerebrais e otológicos. Há também aqueles que o classificam como zumbidos objetivos e subjetivos. Há também classificações que os definem como auditivos e para-auditivos.

A fisiopatologia do zumbido mostra que há zumbidos de origem auditiva e os chamados de zumbidos para-auditivos que são os de origens muscular e vascular, os quais há um som verdadeiro que é percebido pelo sistema auditivo, dado à proximidade das estruturas geradoras – vasos



sanguíneos e músculos, com as orelhas externas e média, cóclea, nervo auditivo e vias auditivas centrais.

Na literatura Capítulo 6 – zumbidos musculares e vasculares, pg 49-66 – Figueiredo, Ricardo Rodrigues; Azevedo A. Andréia – Zumbido – aponta que os zumbidos musculares e vasculares são GERADOS PELO SISTEMA PERIÓTICO. São menos frequentes que o zumbido auditivo e são raramente descritos na literatura e pouco abordados.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.



358 – JORNALISTA

QUESTÃO 21

O recurso é improcedente, pois o enunciado argumenta sobre a principal diferença entre o trabalho de um assessor de imprensa em uma prefeitura e em uma empresa privada, e o recurso apresentado não se justifica, pois o assessor de imprensa em uma prefeitura tem como objetivo principal promover a imagem da administração municipal e gerenciar a cobertura da mídia, garantindo a transparência e a prestação de contas à sociedade. Isso envolve: comunicar as ações e políticas públicas da administração municipal; gerenciar a relação com a imprensa e a mídia local; promover a imagem da administração municipal e de seus líderes.

Já o assessor de imprensa em uma empresa privada, tem como objetivo principal aumentar a visibilidade da marca e impulsionar as vendas, protegendo a reputação da empresa e maximizando a lucratividade. Isso envolve: promover a marca e os produtos/serviços da empresa; gerenciar a comunicação de marketing e publicidade e aumentar a visibilidade e o reconhecimento da marca.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 24

O recurso é improcedente, pois a reportagem investigativa é o tipo de reportagem mais adequado para apresentar uma investigação sobre a implementação de um programa de saúde pública municipal, pois permite uma análise aprofundada e crítica da implementação do programa; a identificação dos desafios enfrentados e das soluções encontradas; a apresentação de dados e informações precisas e confiáveis; a discussão sobre a eficácia e a eficiência do programa. Assim, a reportagem investigativa é fundamental para a comunicação de uma prefeitura, pois permite informar a população sobre as ações e políticas públicas; promover a transparência e a prestação de contas e avaliar a eficácia e a eficiência dos programas públicos.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 25

O recurso é improcedente, pois a entrevista em profundidade é a modalidade mais adequada para obter informações detalhadas e precisas sobre um tema complexo, pois permite que o entrevistado compartilhe suas opiniões e experiências de forma mais livre e detalhada, além de possibilitar ao repórter fazer perguntas abertas e exploratórias para obter uma compreensão mais profunda do tema, permitindo também que o repórter explore temas e subtemas que não estavam inicialmente previstos. Ainda ajuda a estabelecer uma relação de confiança entre o repórter e o entrevistado, o que pode levar a informações mais precisas e detalhadas, o que leva a entrevista em profundidade ser especialmente útil quando se trata de temas complexos, pois permite que o repórter obtenha uma compreensão mais profunda do assunto.

A entrevista em profundidade leva em consideração:

- Preparação prévia: pesquisar sobre o tema e o entrevistado para fazer perguntas relevantes e exploratórias.



- Perguntas abertas: as perguntas devem ser abertas e exploratórias para permitir que o entrevistado compartilhe suas opiniões e experiências de forma mais livre e detalhada.
- Escuta ativa: o repórter deve estar atento às respostas do entrevistado e fazer perguntas adicionais para esclarecer e explorar temas e subtemas.

Assim, a entrevista em profundidade é a modalidade mais adequada para obter informações detalhadas e precisas sobre um tema complexo, pois permite que o entrevistado compartilhe suas opiniões e experiências de forma mais livre e detalhada, além de possibilitar ao repórter fazer perguntas abertas e exploratórias para obter uma compreensão mais profunda do tema, permitindo também que o repórter explore temas e subtemas que não estavam inicialmente previstos. Ainda ajuda a estabelecer uma relação de confiança entre o repórter e o entrevistado, o que pode levar a informações mais precisas e detalhadas, o que leva a entrevista em profundidade ser especialmente útil quando se trata de temas complexos, pois permite que o repórter obtenha uma compreensão mais profunda do assunto.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 29

O recurso é improcedente, pois uma estratégia de comunicação integrada é fundamental para aproveitar as oportunidades oferecidas pelo jornalismo on-line e fortalecer a comunicação com a comunidade, pois permite combinar as diferentes formas de jornalismo (impresso, on-line, rádio, TV, etc.) para alcançar diferentes públicos e promover a transparência e a participação cidadã e possibilita a criação de conteúdo relevante e de qualidade para a comunidade, abordando temas de interesse público e promovendo a cidadania. Ainda ajuda a estabelecer uma relação de confiança entre a prefeitura e a comunidade, promovendo a transparência e a prestação de contas e permitindo a avaliação e o monitoramento da eficácia da comunicação, ajustando a estratégia conforme necessário.

A comunicação integrada é especialmente importante em uma prefeitura, pois permite a divulgação de informações oficiais e a promoção da imagem da administração municipal de forma clara e transparente e possibilita a interação com a comunidade, promovendo a participação cidadã e a inclusão social.

Sobre as alternativas que o candidato diz ter ambiguidade, não há justificativa adequada, pois: - (A) Utilizar as redes sociais sem interagir com a comunidade não é suficiente para fortalecer a comunicação com a comunidade. - (B) Criar um portal de notícias on-line é importante, mas não é a principal estratégia para aproveitar as oportunidades do jornalismo on-line. - (D) Contratar jornalistas especializados em marketing digital pode ser útil, mas não é a principal estratégia para fortalecer a comunicação com a comunidade.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.



QUESTÃO 30

O recurso é improcedente, pois a comunicação de uma prefeitura é regida por princípios de transparência e objetividade, pois é responsável por informar a população sobre as ações e políticas públicas. Portanto, ao publicar uma notícia sobre um novo projeto de infraestrutura, a prefeitura deve priorizar a objetividade e a transparência, fornecendo informações claras e precisas sobre o projeto, seus objetivos, benefícios e impactos. Já a empresa privada, ao publicar uma notícia sobre o lançamento de um novo produto, tem como objetivo principal promover o produto e atrair clientes e investidores. Nesse caso, é comum que a empresa enfatize os benefícios e vantagens do produto, destacando suas características e vantagens competitivas.

Assim, a principal diferença entre as duas abordagens é que a prefeitura deve priorizar a informação pública e a transparência, enquanto a empresa privada pode priorizar a promoção do produto e a geração de valor para a empresa. Não há múltiplas interpretações tecnicamente defensáveis como apontadas pelo candidato.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 32

O recurso é improcedente, pois a comunicação pública é um instrumento estratégico para a administração pública, pois permite que os governos se conectem com os cidadãos e promovam a transparência e a participação cidadã. No entanto, os profissionais de comunicação pública enfrentam o desafio de equilibrar a transparência e a prestação de contas com a proteção da informação, pois devem garantir a transparência e a prestação de contas, fornecendo informações claras e precisas sobre as ações e políticas públicas. Devem também proteger a informação, garantindo a segurança e a confidencialidade de dados sensíveis e informações estratégicas.

Esse equilíbrio é fundamental para manter a confiança dos cidadãos e garantir a eficácia da comunicação pública.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 34

O recurso é improcedente, pois a produção de notícias é um processo complexo que envolve a coleta de informações, a redação de textos e a edição de conteúdo, mas não é linear e previsível (I é incorreta). Os assessores de imprensa devem ter uma relação estreita com os jornalistas e fornecer informações precisas e oportunas para ajudá-los em sua cobertura (II é correta). A assessoria de imprensa é responsável por criar notícias e eventos para promover a imagem de uma empresa ou organização (III é correta). A produção de notícias é influenciada por fatores como a linha editorial do veículo de comunicação, o interesse público e a disponibilidade de recursos (IV é correta).

Portanto, a questão não apresenta ambiguidade conceitual como apontada pelo candidato.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.



QUESTÃO 36

O recurso é improcedente, pois a estrutura do texto jornalístico deve seguir a pirâmide invertida, com o lead (primeiro parágrafo) apresentando as informações mais importantes da notícia.

- O uso de verbos no passado é adequado para descrever eventos que já ocorreram, como a inauguração da escola.

- Os números devem ser apresentados em algarismos arábicos (500, 20) para facilitar a leitura e compreensão.

- As siglas devem ser apresentadas de forma clara e concisa, mas no caso da opção (D), a sigla SME não é necessária no início da notícia.

- A alternativa “A” apresenta a estrutura mais clara e concisa, com o lead apresentando as informações mais importantes e os detalhes adicionais no segundo parágrafo.

Sobre as outras alternativas:

- (B) O uso de palavras por extenso (quinhentos, vinte) não é comum em textos jornalísticos.

- (C) A estrutura do texto é confusa, com a informação sobre a inauguração no final do texto.

- (D) O uso da sigla SME no início da notícia não é necessário e pode confundir o leitor.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 38

O recurso é improcedente, pois a política editorial de um veículo de comunicação define a linha de pensamento e a abordagem que será adotada em relação aos temas abordados (I é correta).

Os editoriais são artigos que apresentam a opinião do veículo de comunicação sobre um tema específico (II é correta).

A extensão de uma notícia é determinada pelo grau de interesse público e pela importância do tema (IV é correta).

Os artigos de opinião são escritos por especialistas e podem apresentar uma visão subjetiva sobre um tema, não necessariamente objetiva (III é incorreta).

Os editoriais não são sempre objetivos e imparciais, pois apresentam a opinião do veículo de comunicação sobre um tema específico (V é incorreta).

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.



359 – NUTRICIONISTA

QUESTÃO 23

O recurso é improcedente, pois, dentre as afirmativas propostas, a alternativa III é correta, pois, como a própria candidata afirmou que existem dois questionários relacionados a MAN – A MAN-SF (Mini Nutritional Assessment - Short Form) que corresponde a versão curta para triagem rápida e que, quando aponta risco de desnutrição ou desnutrição, exige uma avaliação adicional com a versão completa. Não foi perguntado sobre um específico e sim de forma geral. Inclusive o próprio documento elaborado da empresa responsável pelo desenvolvimento do instrumento – *Nestle Nutrition Institute*, apresenta o texto a seguir:

Mini Avaliação Nutricional MNA®

A MNA® fornece um método simples e rápido de identificação de pacientes idosos que apresentam risco de desnutrição ou que já estão desnutridos. Identifica o risco de desnutrição antes da ocorrência de mudanças de peso ou dos níveis de proteína sérica.

O MNA® pode ser preenchido periodicamente no ambiente comunitário e hospitalar, ou em locais de cuidados de longo prazo.

O MNA® foi desenvolvido pela Nestlé e por geriatras de reputação internacional, sendo uma das poucas ferramentas de controle validadas para os idosos. Tem sido bem validada em estudos internacionais nos mais diversos ambientes⁵⁻⁷, e estabelece uma correlação entre morbidade e mortalidade.

Segundo SOUZA et al. (2019), afirma que a Mini Avaliação Nutricional (MNA) é uma ferramenta utilizada para o rastreio nutricional, é curta e válida para pessoas idosas, sendo composta por perguntas relacionadas a condições nutricionais e de saúde, independência, qualidade de vida, cognição, mobilidade e saúde subjetiva. A MNA é facilmente concluída em 10 a 15 minutos, porém é usada com pouca frequência devido em parte ao tempo necessário para completá-la. Para reduzir ainda mais este tempo, RUBENSTEIN et al. (2001) desenvolveram uma versão reduzida da MNA composta por seis perguntas. Essa ferramenta apresenta alta sensibilidade, especificidade e correlação ao MNA completo. Esta MNA-versão reduzida identifica indivíduos idosos nutridos ou em risco de desnutrição. Sua precisão diagnóstica é comparável à MNA completa.

Fonte: Nestlé Nutrition Institute. Um Guia para completar a Mini Avaliação Nutricional®. 16p. RUBENSTEIN, L.Z. et al. Screening for undernutrition in geriatric practice: developing the short-form Mini-Nutritional Assessment (MNA-SF). J Gerontol A Biol Sci Med Sci. v. 56, n. 6, p. M366-72, 2001. SOUZA, G.T et al. MNA-versão reduzida vs. NRS-2002: detecção do risco nutricional em pacientes idosos hospitalizados. BRASPEN J. v. 34, n. 3, p. 276-80, 2019.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.



QUESTÃO 26

O recurso é improcedente, pois a questão versa sobre os métodos de conservação, sendo que a alternativa “A” é incorreta porque no método de pasteurização a temperatura máxima é 100° e não 121°C como mencionado. A alternativa “B” é a única correta porque a desidratação ou secagem ocorre em condições de temperatura, umidade e corrente de ar criteriosamente, controladas, onde o calor necessário à evaporação da água nos alimentos (ou, no caso da liofilização, sublimação). A alternativa “C” é incorreta porque o resfriamento é um método, cuja principal característica é sua temperatura que deverá ser entre 0 e 10°C e não entre 0 e 20°C como mencionado. A alternativa “D” é incorreta porque a adição de sal não destrói os esporos dos microrganismos patogênicos. No entanto, os esporos bacterianos são estruturas de resistência notavelmente resilientes e alguns podem sobreviver a altas concentrações de sal, portanto é falsa.

Fonte: WOJSLAW, E.B. Tecnologia dos Alimentos. 143p. GAVA, A. J. et al. Princípios de Tecnologia de alimentos. São Paulo: Nobel, 1998.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 32

O recurso é improcedente, pois em relação a proposição II, na questão, o farelo de trigo não foi incluído como sendo fibras fermentáveis. O texto aponta que as fibras altamente fermentáveis, como oligossacarídeos e inulina e, também o farelo de trigo são prejudiciais às pessoas que apresentam Síndrome do Intestino Irritável. De qualquer forma, essa alternativa está correta pois tanto as fibras fermentáveis quanto o farelo de trigo não são indicados para quem tem a doença.

Importante prestar atenção à interpretação do texto. Quando se fala em fibras fermentáveis, é mencionado oligossacarídeo e inulina (tanto é que há a conjunção de adição). E quando se escreve e, “também, o farelo de trigo” trata-se de um outro alimento e não de um tipo de fibra, tais como oligossacarídeo e inulina. Se fosse incluído ao mesmo grupo, o texto deveria ser escrito “Fibras altamente fermentáveis, como oligossacarídeos, inulina, arabinoxilanios e celulose, esses dois últimos presentes no farelo de trigo”.

No caso, é preciso especificar as fibras presentes no farelo de trigo já que a questão se referia aos tipos de fibras e, não ao alimento.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 34

O recurso é improcedente, pois o tratamento adequado da desnutrição energético-proteica envolve o diagnóstico preciso e rápido, o uso adequado de medicamentos e a terapia nutricional. O planejamento das medidas clínicas está dividido em três etapas:

1. Fase 1 ou período de estabilização
2. Fase 2 ou período de reabilitação
3. Fase 3 ou período de acompanhamento ambulatorial.



A questão está se referindo às duas primeiras etapas: Estabilização e Reabilitação. A fase 1 ou estabilização: paciente desnutrido grave deve ser considerado imunodeficiente. Devido às suas características fisiopatológicas, não tolera a administração de grandes volumes, além de necessitar de reposição de micronutrientes. A terapia nutricional deve ser adequada às necessidades energéticas de macro e micronutrientes, considerando-se o grau de estresse do paciente. Nesse momento, deve-se prevenir e tratar as complicações clínico-metabólicas que podem aumentar o risco de morte, corrigir as deficiências nutricionais específicas e iniciar a alimentação. O objetivo não deve ser a recuperação nutricional do paciente, mas sua estabilização clínico-metabólica.

Nessa fase, há desnutrição e imunodeficiência. Nessa fase, o indivíduo não tolera grandes volumes; requer suplementação de micronutrientes; importante prevenir e tratar complicações (metabólicas e eletrolíticas); corrigir deficiências específicas e iniciar alimentação. Importante estabilização clínica e metabólica.

Na fase de estabilização (que se inicia no primeiro dia e pode ir até o sétimo dia de internação), a quantidade e tipo de alimento são importantes. A via oral é a preferencial para administrar a alimentação e quando se trata de oferecer peixes, refere-se à dieta via oral e não em relação a enteral em que se precisa ficar atento à osmolaridade, conforme mencionado pela candidata. A dieta deve fornecer no mínimo 80kcal/kg por dia, com conteúdo proteico de 1,0-1,5g/kg/dia. Quantidade de energia inferior ou igual à considerada pode contribuir com a manutenção do catabolismo, enquanto valores energéticos superiores a 100kcal/kg/dia levam a alterações metabólicas, elevando o risco de morbimortalidade. Recomenda-se que, em vigência de alto grau de estresse (sepse ou meningite), a oferta de energia seja limitada ao valor da taxa metabólica basal para cada faixa etária, acrescida de 10-20%.

Segundo o Posicionamento da BRASPEN (2022) os AGPIs da família ômega-3 são encontrados em altas quantidades em óleos de peixe, principalmente daqueles que habitam águas geladas e profundas, que consomem grande quantidade de algas. Assim, o consumo de determinados peixes ou de óleo de peixe constitui a maior fonte dietética de EPA e DHA para o organismo humano, com concentrações que variam de acordo com a espécie. Uma vez que o organismo de mamíferos não possui a maquinaria enzimática necessária para síntese endógena de EPA e DHA, a disponibilidade orgânica desses AGPIs ômega-3 é altamente condicionada à ingestão dietética.

O ômega-3 é benéfico na fase de estabilização da desnutrição, principalmente devido às suas propriedades anti-inflamatórias e capacidade de modulação da resposta imune, o que auxilia na recuperação nutricional geral e na manutenção da massa muscular.

Sabendo que a fase de estabilização da desnutrição, o objetivo principal é restaurar o estado nutricional e a função corporal. O ômega-3 contribui de várias maneiras:

Ação Anti-inflamatória: Pacientes desnutridos frequentemente apresentam inflamação sistêmica. Os ácidos graxos ômega-3 (especialmente EPA e DHA) têm potentes efeitos anti-inflamatórios, o que ajuda a combater esse estado e a melhorar a resposta do organismo ao tratamento nutricional.

Modulação Imune: O ômega-3 pode melhorar a função imunológica, reduzindo o risco de infecções, que são uma complicação comum em indivíduos desnutridos.

Manutenção da Massa Muscular: A suplementação com ômega-3 pode ajudar a atenuar a perda muscular e, em alguns casos, manter ou aumentar a força muscular, o que é crucial para a recuperação física na desnutrição.



Melhora Cognitiva: A desnutrição, especialmente a deficiência de ômega-3, pode comprometer a função cerebral. A suplementação pode levar a uma melhora modesta na função cognitiva em adultos, o que pode ser benéfico durante a recuperação.

A fase 2 ou reabilitação: nessa etapa, o paciente encontra-se em estabilidade clínica e pode ser iniciada a reabilitação nutricional visando à recuperação pôndero-estatural. Deve-se não só oferecer alimentação adequada, mas realizar a estimulação motora e emocional. No momento da alta hospitalar, é preciso orientar os responsáveis quanto aos cuidados realizados em domicílio, elaborar o resumo de alta (diagnóstico e tratamento) e garantir o retorno ambulatorial em uma semana.

Na etapa de recuperação nutricional, a dieta deve se adequar à demanda aumentada da necessidade nutricional, visando atingir 1,5 a 2 vezes a recomendação energética total para a faixa etária. Para garantir a adequação dos macronutrientes, preconiza-se a utilização de módulos de carboidratos e lipídios, desde que a porcentagem máxima na somatória dos módulos utilizados não exceda 5%.

Muitas vezes, apesar da recuperação ponderal do desnutrido grave, permanecem sequelas na área cognitiva, emocional e motora, portanto é importante nessa fase que se ofereça alimentação adequada e realizar a estimulação motora e emocional.

Em virtude de todas as considerações apresentadas acima, a ordem correta da COLUNA 2 é: 2 – 1 – 1 – 2

Fonte:

AMB. Terapia Nutricional no Paciente Pediátrico com Desnutrição Energético-Proteica. 13p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. MANUAL DE TERAPIA NUTRICIONAL NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA HOSPITALAR NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição – Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 60p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição. Manual de atendimento da criança com desnutrição grave em nível hospitalar / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição – Brasília: Ministério da Saúde, 2005. 144 p.

CASTRO, M. G. Posicionamento BRASPEN sobre o uso clínico de ômega 3 via parenteral. BRASPEN J. v. 37, n. 2, p. 119-38, 2022.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.



360 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

QUESTÃO 23

O recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada a partir de LEHNEN, Alexandre M.; FAGUNDES, Diego S.; JUNIOR, Lafaiete L O.; et al. “Exercício físico para populações especiais”. Porto Alegre: SAGAH, 2019. p.86. Os autores escrevem “É preciso acumular um mínimo de 150 minutos de exercícios aeróbios de intensidade moderada (50 a 75% FC_{reserva} de intensidade vigorosa (superior a 75–80% FC_{reserva}) ou 75 minutos de exercícios)”. A alternativa “C” não contempla plenamente a resposta. Portanto, alternativa correta “A”.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 24

O recurso é improcedente, pois o candidato demonstrou ter perfeito entendimento das alterações. Ainda que em fase de teste, ainda que haja a atemporalidade, estão claras as alterações propostas.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 32

O recurso é improcedente, pois a divergência entre a alternativa “A” e “D” está entre a denominação dos músculos Plano e Triangular. Por definição, os músculos planos têm fibras paralelas e, geralmente, uma aponeurose. O exemplo é o músculo oblíquo externo. O músculo triangular, com o próprio nome diz, tem uma semelhança com a forma triangular, com origem em uma área larga e terminando em um único tendão, como é o caso do peitoral maior.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 33

O recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada a partir de Pacífico, Ana Beatriz. Atividade física e saúde na infância e na adolescência. 1. ed. Curitiba, PR: Intersaberes, 2023. p. 32 e 33. Com relação à primeira afirmação 78% dos meninos e 89,4% das meninas são considerados insuficientemente ativos. De acordo com os autores, os aspectos socioculturais são determinantes para a prática de atividade física em meninos e meninas, da infância até a adolescência. Entre esses aspectos, declararam os autores, estão as questões sociais, econômicos, culturais e biológicos. Com relação à terceira afirmação, os autores consideram o histórico brasileiro de maneira geral, uma educação mais conservadora, que tem origem na família e na sociedade como um todo. As três primeiras afirmações estão corretas.

Entretanto, a quarta alternativa está incorreta, pois independente de ser menino ou menina, o que se considera é o ambiente, a vizinhança, as estruturas que estimulam as práticas. Assim, a percepção pode ser diferente, mas não podemos inferir de maneira alguma que ela é diferente. Portanto, quarta alternativa está errada.



A sequência correta é V -V -V -F, que está contemplada na alternativa “C”.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 34

O recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada a partir de um dos maiores clássicos da Fisiologia do Exercício, já em sua 9ª. Edição. MCARDLE, William D.; KATCH, Frank I.; KATCH, Victor L. Fisiologia do Exercício - Nutrição, Energia e Desempenho Humano. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2024. P. 688 a 690. Escrevem os autores “*Seres humanos podem tolerar reduções da temperatura corporal central em 10°C, mas elevações da temperatura corporal de apenas 5°C.*” Portanto, não são 3 ou 4 graus, e sim, 5 graus. Informação por demais importante, tendo em vista que estes parâmetros podem interferir diretamente na conduta do profissional. A única alternativa correta é “B”.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 38

O recurso é improcedente, pois a questão elaborada a partir de JUNIOR, Lafaiete L. de O.; MATOS, Cristiano Cardoso de; PEREZ, Carlos R.; et al. Musculação e ginástica de academia. Porto Alegre: SAGAH, 2020. P. 198 a 200. A alternativa que o candidato aponta como confusa foi retirada textualmente da obra, conforme se descreve “*Outro benefício das modalidades rítmicas é a tonificação muscular, que ocorre por meio de exercícios localizados de membros superiores e inferiores, glúteos e abdome, trabalhos ora da forma de exercícios isotônicos, como agachamento e flexões, ora coordenados com as coreografias da prática.*

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 40

O recurso é improcedente, pois a questão elaborada a partir de GALLAHUE, David L.; OZMUN, John C.; GOODWAY, Jackie D. Comprendendo o desenvolvimento motor-: bebês, crianças, adolescentes e adultos. AMGH Editora, 2013. pags.31 e 32. O candidato aponta a alternativa D como correta, entretanto há um erro. A definição dessa alternativa diz respeito ao conceito de aprendizado motor, quando o correto deveria ser “*processo subjacente comum de ganho de controle do movimento voluntário do corpo, dos membros e/ou da cabeça (também chamado de “tarefa” ou “ação”, portanto, fica mantida alternativa “A”.*

Controle motor: mudanças neurais e físicas subjacentes na performance de tarefas isoladas (correta).

Aprendizado motor: processo subjacente comum de ganho de controle do movimento voluntário do corpo, dos membros e/ou da cabeça (incorrecta) porque o correto seria: mudanças subjacentes envolvendo a aquisição e o refinamento de habilidades de movimento.



Padrão motor fundamental: séries organizadas dos movimentos básicos (exemplo: rebater) – (incorrecta), o correto seria processo subjacente comum dos movimentos básicos.

Habilidade motora: mudanças subjacentes envolvendo a aquisição e o refinamento de habilidades de movimento (incorrecta), o correto seria processo subjacente comum de ganho de controle do movimento voluntário do corpo, dos membros e/ou da cabeça (também chamado de “tarefa” ou “ação”).

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.



361 – PSICÓLOGO

QUESTÃO 28

O recurso é improcedente, pois não há qualquer “víncio conceitual/ambiguidade” porque cada alternativa representa uma abordagem válida – reconhecimento, mas irrelevância prática.

É verdade que cada alternativa descreve posições teóricas reconhecíveis (abordagens expressivas/humanistas, desenvolvimentistas, psicodinâmica/psicanálise, TCC). Isso, porém, não transforma a questão em ambígua quando: a questão foi explicitamente retirada de uma obra com posicionamento técnico reconhecido na literatura, vinda de clássicos.

A obra de Cordioli, A. V. & Grevet, E. H. (2019). Psicoterapias: abordagens atuais. Porto Alegre: ArtMed, explicita usos e sentidos distintos das técnicas segundo modelos: quando o autor descreve o trabalho com crianças na perspectiva psicodinâmica, ele define o brincar como meio simbólico e associado à transferência/contratransferência, o que torna a alternativa “C” única correta porque reproduz fielmente o conteúdo da fonte.

A alternativa “C” é a correta com respaldo direto na obra: O capítulo sobre psicoterapia infantil define explicitamente que “o conteúdo e a forma do jogo, bem como dos desenhos, são entendidos pelo terapeuta de maneira semelhante às verbalizações de adultos. Eles expressam simbolicamente o mundo interno da criança... [e] permitem o acesso ao inconsciente via exploração análoga ao sonho”. Isso liga o brincar diretamente à função simbólica e às dinâmicas de transferência/contratransferência, exatamente como formulado na alternativa “C”.

Além disso, o texto explicita que na terapia psicodinâmica de crianças as ferramentas fundamentais incluem jogos, brincadeiras e desenhos como meios de comunicação, e que transferência e contratransferência são o fio condutor do tratamento. Logo, interpretar o brincar como expressão simbólica passível de interpretação transferencial é a leitura autoral adotada pela obra fonte da questão.

A alternativa “A” é incorreta porque reduz o brincar a meio lúdico de aliviar tensões e permitir catarse emocional espontânea, sem valor interpretativo direto.” Embora o brincar possa promover alívio e integração emocional, o livro deixa claro que **não se trata de mera descarga:** o brincar é linguagem simbólica que deve ser interpretada clinicamente, com valor informativo e técnico. Assim, (A) é parcial e contradiz o posicionamento explícito do autor.

A alternativa “B” é incorreta porque apresenta o brincar como “representação simbólica da realidade externa, útil para observar comportamentos adaptativos e inibir respostas desajustadas.” O texto, por sua vez, coloca ênfase diferente: o brincar **expressa o mundo interno** e possibilita investigar conteúdos latentes (análogos ao sonho/desenho) e dinâmicas intrapsíquicas, e não primariamente como instrumento de observação-adaptação comportamental. Ou seja, (B) desloca o foco para observação adaptativa (mais compatível com modelos desenvolvimentistas/comportamentais), ao passo que a fonte tratada na questão apresenta função simbólica em chave psicodinâmica.

A alternativa “D” é incorreta porque descreve a função do brincar como “atividade projetiva de natureza cognitiva, voltada à reestruturação racional das crenças disfuncionais” - caracterização típica da TCC. O próprio livro discute TCC como método separado, cujo recurso mais usado é a reestruturação cognitiva e intervenções estruturadas, e diferencia explicitamente as práticas da TCC das práticas psicodinâmicas com crianças.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.



QUESTÃO 29

O recurso é improcedente, pois a alternativa “D” é incorreta porque não encontra respaldo textual na Resolução comentada: a fórmula mínima repetida nos encerramentos é **nome + inscrição** (CRP). A “função exercida” **não** aparece como elemento obrigatório e universal de identificação nos encerramentos normativos das modalidades gerais (declaração, atestado, laudo, relatório). Ao contrário, a Resolução especifica quando elementos, além do nome e inscrição, devem constar (por exemplo: **titulação** no Parecer; **categoria/registros** no Relatório Multiprofissional). Portanto, a exigência de “função exercida” como elemento universal é uma leitura indevida do texto normativo.

Na regra geral constatada na Resolução: **assinatura com nome + inscrição profissional**: A redação repetida em várias modalidades (Declaração, Atestado, Relatório, Laudo, Parecer) determina que o documento deve ser encerrado “com indicação do local, data de emissão, carimbo, em que conste nome completo ou nome social completo da(o) psicóloga(o), acrescido de sua inscrição profissional, ... e a assinatura...” - fórmula que evidencia **nome + inscrição (registro)** como elemento mínimo obrigatório de identificação do signatário. Exemplo (Declaração): “III - O documento deve ser encerrado com indicação do local, data de emissão e carimbo, em que conste nome completo ou nome social completo da (o) psicóloga(o), acrescido de sua inscrição profissional e assinatura.” Exemplo (Atestado/Laudo): mesma exigência de nome + inscrição + assinatura na última página. Interpretação técnica: a Resolução estabelece, como obrigação uniforme e recorrente, que o documento seja finalizado com nome + inscrição (CRP) do (a) profissional - sem inclusão mandatória de “função exercida” nessa fórmula de encerramento.

A Resolução prevê elementos adicionais em identificação, porém de forma específica por modalidade: A Resolução não é monolítica: ela dispõe requisitos distintos para modalidades específicas. Dois exemplos relevantes **Parecer Psicológico (modalidade)**: nas orientações para o Parecer, o item de identificação exige **nome da autora(o) com a respectiva inscrição no CRP e titulação que comprove o conhecimento específico e competência no assunto**. Ou seja, **a titulação é expressamente prevista para o Parecer** como elemento identificador adicional, quando necessário. **Relatório Multiprofissional**: exige que constem “nome das autoras(res) ... com indicação de sua categoria profissional e o respectivo registro em órgão de classe, quando houver” - ou seja, **categoria profissional/registro** para documentos multiprofissionais. **Interpretação técnica**: a Resolução admite e determina elementos complementares de identificação **apenas quando a própria estrutura do documento o exige** (por exemplo, o Parecer exige titulação; relatório multiprofissional exige categoria/registros das várias profissões). Não há, contudo, regra geral que imponha função exercida como elemento obrigatório para todos os documentos.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 30

O recurso é improcedente, pois de acordo com o subitem 12.9, do Capítulo XII (Dos Recursos), **não serão apreciados os recursos que forem apresentados:** 12.9.1. **Em desacordo com as especificações contidas neste Capítulo.** 12.9.2. Fora do prazo estabelecido. 12.9.3. **Sem fundamentação lógica e consistente.** 12.9.4. Com argumentação idêntica a outros recursos. 12.9.5. Contra terceiros. 12.9.6. Com teor que desrespeite a Banca Examinadora. 12.10. Em hipótese alguma, serão aceitos revisão de recurso, recurso do recurso ou recurso de Gabarito Final Definitivo. (...) 12.12. A Banca Examinadora constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.



QUESTÃO 31

O recurso é procedente, a questão deverá ter seu gabarito alterado de “C” para “A”.

Portanto, a banca examinadora defere o recurso interposto para a questão 31, alterando o seu gabarito de “C” para “A”.

QUESTÃO 32

O recurso é improcedente, pois a alegação de que a questão trata de “coordenação pedagógica” ou “gestão escolar” não corresponde ao conteúdo da questão nem ao do artigo utilizado. O recurso sustenta que expressões como tarefa institucional atribuída ao grupo, estrutura de poder, conflitos de papéis, neutralidade institucional, processos de resistência seriam próprias da “coordenação pedagógica” ou da gestão educacional. Isso está incorreto.

O artigo-base utiliza precisamente esses termos como categorias psicológicas, e não pedagógicas. O texto destaca que o psicólogo, ao conduzir grupos em instituições, necessariamente se depara com jogos de poder, conflitos de papéis, dinâmica institucional e atravessamentos inconscientes que estruturam a cena grupal (COSTA, SILVA & SILVEIRA, 2018), e acrescenta: “A atuação do psicólogo em grupos implica implicação subjetiva, análise da tarefa institucional, leitura da linguagem institucional e compreensão dos processos de resistência.” (COSTA, SILVA & SILVEIRA, 2018).

Portanto, a terminologia da questão não tem origem pedagógica, mas é exatamente a linguagem técnica utilizada na literatura da psicologia institucional e dos processos grupais, conforme o artigo utilizado. Logo, o argumento do candidato parte de uma confusão conceitual, atribuindo indevidamente ao campo pedagógico noções que são consolidadas na Psicologia institucional. A questão não trata de gestão administrativa, mas sim da atuação do psicólogo em processos grupais com atravessamentos institucionais. O artigo é explícito ao afirmar que, em grupos dentro de instituições: “O psicólogo é simultaneamente coordenador do grupo e parte da instituição, sendo atravessado pelas suas normas, discursos e expectativas.” (COSTA, SILVA & SILVEIRA, 2018). Essa perspectiva envolve a análise da tarefa institucional, a leitura da produção de subjetividade, a identificação de jogos de força e implicações e a compreensão de resistências inconscientes. Esses elementos não pertencem ao campo administrativo, mas ao campo da Psicologia institucional, da Psicodinâmica dos grupos e da Análise Institucional. Todos esses elementos são centrais no artigo utilizado, e por isso são centrais na questão. Assim, o argumento do candidato de que a questão supostamente versa sobre “gestão pedagógica” é tecnicamente improcedente. Além disso, o recurso afirma que a questão exige conhecimento de “modelos teóricos específicos não universais”, mas isso também está incorreto. A questão foi construída com base em pressupostos amplamente difundidos nas abordagens psicodinâmicas, institucionalistas e grupais, cuja presença é clara no artigo. O texto trabalha com a implicação do coordenador, grupo como espaço de produção de subjetividade, dinâmicas inconscientes do grupo, leitura institucional, análise da tarefa, micropolítica das relações grupais. Estes não são marcadores de uma linha teórica exótica ou marginal, mas elementos estruturantes da formação e prática do psicólogo que atua com: grupos, instituições, processos grupais, intervenções institucionais, análise de implicação e coordenação grupal. Desse modo, a afirmação do candidato de que se trata de “modelos não universais” não se confirma à luz do texto utilizado — trata-se exatamente do repertório conceitual apresentado e discutido no artigo. Aliás, a questão não atribui ao psicólogo funções que não lhe cabem: ela descreve exatamente as funções apresentadas no artigo. As proposições da questão abordam: o psicólogo como coordenador implicado no campo institucional, a análise de atravessamentos inconscientes no grupo, o poder e organização institucional como fatores que modulam resistências, a necessidade de não reduzir a intervenção à escuta emocional isolada, os grupos como espaços de produção de subjetividade. Todas essas afirmações estão literal e conceitualmente alinhadas ao artigo-base, que



afirma que “O trabalho com grupos em instituições exige do psicólogo a leitura da trama institucional, das relações de poder, dos conflitos, da produção de subjetividade e das resistências.” (COSTA, SILVA & SILVEIRA, 2018). Portanto, nenhuma proposição extrapola o escopo psicológico, nenhuma descreve funções administrativas, nenhuma se apoia em áreas alheias ao campo da Psicologia.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 34

O recurso é improcedente, pois a questão é legítima, proporcional e pertinente ao conteúdo exigido para um psicólogo que eventualmente atuará em instituições educacionais. Ela avalia compreensão normativa **aplicada** (**não** exercício de advocacia), isto é, a capacidade técnica do psicólogo de ler, interpretar e utilizar preceitos legais relevantes para planejar intervenções, assessoria e programas institucionais, competências intrínsecas à atuação profissional em contextos escolares e institucionais. Não há vínculo de edital, nem usurpação de atribuições de outra profissão. Natureza da cobrança: interpretação normativa aplicada, competência técnica legítima do psicólogo. A questão não exige do candidato a prática de atividade tipicamente jurídica (litigar, redigir petições, interpretar exaustivamente doutrina jurídica). O que se exige é **compreensão normativa aplicada**, saber o que a LDBEN estabelece em pontos essenciais que impactam a organização do trabalho escolar e, por consequência, a atuação do psicólogo na escola (planejamento de programas, assessoria, projetos de promoção do desenvolvimento e gestão emocional institucional). Motivos: o exercício do psicólogo em instituições de ensino requer **capacidade de atuação em interface com políticas educacionais e normativas**, para que intervenções sejam juridicamente compatíveis e institucionalmente viáveis. Conhecer as disposições da LDBEN sobre etapas e modalidades de ensino, responsabilidades institucionais e familiares, e possibilidades e limites das instituições privadas é **informação técnica necessária** para projetar, implementar e avaliar programas e laudos que interfiram no campo escolar. A cobrança de noções de legislação setorial é prática corrente em certames que selecionam profissionais para atuar em áreas públicas e institucionais e avalia-se se o candidato conhece o marco normativo que orientará sua prática. Portanto, a prova avalia **competência profissional** contextualizada (integração teoria–norma–prática), o que é plenamente compatível com o escopo do cargo. A questão não usurpa competências do Direito nem exige “juridiquês”, avalia aplicação prática da norma: O recurso afirma que a questão exige conhecimento jurídico aprofundado. A banca observa que a LDBEN é **referência normativa** que regula organização e diretrizes da educação nacional. Entender suas disposições básicas (duração de etapas, competência do Estado/família, natureza de instituições privadas, noções de direito à educação) é distinto de exercer advocacia ou interpretar dispositivos processuais complexos. A questão formula alternativas objetivas (A–D) com proposições diretas sobre o conteúdo da lei. Trata-se de **pergunta de compreensão normativa**, não de consulta jurídica. Em diversas situações profissionais (elaboração de laudos, relatórios, pareceres, projetos pedagógicos, orientação a equipes e familiares) o psicólogo precisa manifestar-se com base na legislação educacional, daí a pertinência da avaliação. Assim, a prova exige leitura técnica de norma setorial, não interpretação jurídico-processual aprofundada. Não houve transgressão à competência profissional de outros ofícios. A reclamação de que “psicólogos não regulam currículos nem definem etapas de ensino” perde de vista que o psicólogo que presta serviço em escolas públicas/privadas **atua no âmbito institucional**, assessora equipes, projeta programas de intervenção, elabora relatórios e participa de conselhos e comissões, situações em que conhecer o marco legal (LDBEN) é condição necessária para atuação responsável e tecnicamente adequada. Exemplos práticos disso é que ao propor um programa de prevenção de violência escolar, ao orientar ações de inclusão, ao elaborar cronograma de intervenção para turmas de determinadas etapas, ao produzir laudos técnicos para encaminhamentos, o psicólogo precisa assegurar conformidade com normas que definem etapas,



idades, responsabilidades e competências. Consequentemente, a avaliação sobre conhecimentos básicos da LDBEN é **relevante** e tem relação direta com o exercício profissional em contextos educacionais. Sobre a alegação de violação ao princípio da vinculação ao edital: O princípio da vinculação ao edital exige que o conteúdo exigido seja razoavelmente previsível e compatível com as atribuições do cargo. Quando o cargo envolve atuação em instituições escolares (públicas ou privadas), é legítimo e razoável incluir temas sobre **legislação educacional básica**, porque tais normas afetam rotineiramente a prática profissional. A inclusão de uma questão que verifique compreensão normativa básica da LDBEN é, portanto, compatível com a vinculação ao edital sempre que o edital abrange atuação em campos educacionais ou competências em psicologia escolar/institucional, trata-se de conteúdos de fronteira entre saber psicológico e regulação da prática. Se a organizadora tiver dúvidas sobre a extensão do conteúdo no edital, o critério a adotar é sempre a razoabilidade: legislação setorial básica (LDBEN) integra o corpo de conhecimentos necessários a quem atuará na escola. A exigência não constrange a isonomia nem favorece “especialistas jurídicos”: A questão foi construída com alternativas objetivas e claras, verificando enunciados de fato (o que a LDBEN dispõe), não interpretação doutrinária. Qualquer candidato com leitura atenta da lei ou conhecimento básico de políticas educacionais poderia responder; não há vantagem indevida a especialistas jurídicos. As alternativas formuladas tratam de entendimentos diretos sobre o texto legal e suas implicações institucionais, itens passíveis de avaliação objetiva. Sobre o conteúdo específico cobrado (breve comentário pedagógico-normativo): (Síntese para fins justificatórios, não exaustiva nem substitutiva da leitura da lei). **Duração e estrutura das etapas de ensino:** a LDBEN disciplina modalidades, etapas e organização da educação, no sentido de fixar parâmetros mínimos e competências dos entes federativos. O candidato deve reconhecer as regras de duração mínima do ensino fundamental e o papel dos entes na regulação. **Deveres do Estado e da família:** a Lei atribui responsabilidades à União, Estados e Municípios e reconhece a família como sujeito educativo; compreender essa distribuição de deveres é essencial para atuação em contexto escolar. **Natureza das instituições privadas (confessionais/filantrópicas):** a lei disciplina formas de organização das instituições de ensino e os requisitos legais para diferentes naturezas de manutenção; conhecimento disso é útil para psicólogos que atuam em distintas formas institucionais. **Direito à educação e instrumentos de efetivação:** reconhecer que a educação básica tem caráter de direito e conhecer mecanismos e legitimidade para sua defesa (em termos práticos) é componente importante para orientação institucional e laudos. Esses pontos são de domínio público do texto da LDBEN e têm impacto direto sobre o trabalho institucional do psicólogo. A banca reitera que a questão é pertinente ao perfil do cargo (psicólogo com atuação em instituições educacionais), não há exigência de prática jurídica ou conhecimento legal especializado além do que é razoavelmente esperado para atuação profissional responsável no ambiente escolar, não se configura vício de pertinência temática nem violação à vinculação do edital, desde que o edital contemple atuação escolar/institucional (situação compatível com o escopo do concurso, mantém-se, portanto, a validade da questão).

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 37

O recurso é improcedente, pois a bibliografia utilizada pela banca não dá margem a ambiguidade. O candidato argumenta que há múltiplas interpretações possíveis, tornando a questão ambígua. Entretanto, o artigo que fundamentou a questão estabelece, de maneira linear, direta e não ambígua, os vínculos entre benefícios individuais do aconselhamento/orientação, e impactos organizacionais mensuráveis exatamente como construído na questão. Exemplos extraídos da bibliografia (Gurka & Nogueira, 2022). O texto descreve que clareza de propósito e motivação gera alinhamento ao sentido do trabalho, aumento de engajamento e maior convergência com objetivos organizacionais, redução de conflitos internos reduz tensão psicológica e diminui indicadores de



absenteísmo e turnover, já que conflitos internos são fonte primária de desgaste, desenvolvimento da autogestão produz maior autonomia, reduz necessidade de supervisão e aumenta proatividade, ampliação do repertório emocional fortalece resiliência e facilita processos de adaptação, especialmente em cenários de mudança organizacional, qualificação para mudanças de função amplia mobilidade interna e favorece políticas de sucessão e realocação, ou seja, a própria bibliografia utilizada pela banca prevê, de forma clara e específica, exatamente as ligações estabelecidas na alternativa correta (1A, 2B, 3C, 4D, 5E). Não se trata de “interpretações pessoais”, mas de correspondências diretas descritas em literatura técnico-organizacional. A alegação de “dupla interpretação” não procede à luz da literatura de Psicologia Organizacional: O candidato afirma que a proposição “redução de conflitos internos → melhor adaptação e resiliência (D)” poderia fazer sentido. De fato, qualquer fenômeno humano pode ter efeitos indiretos múltiplos, mas concursos públicos não trabalham com inferências remotas e secundárias, e sim com correspondências primárias e conceitualmente centrais, conforme descritas no referencial teórico usado pela questão. Na Psicologia Organizacional o “Conflito interno” está conceitualmente relacionado, prioritariamente, a sofrimento psicológico, queda de desempenho, elevação de absenteísmo e turnover. Isso é amplamente registrado na literatura técnico-científica da área. Já “ampliação de repertório emocional” está ligada, de forma central e primária, à resiliência e à capacidade de adaptação, sendo essa a ligação reconhecida pela bibliografia. Portanto, a associação utilizada pela banca não é apenas lógica, mas textualmente respaldada pela bibliografia. A questão apresenta apenas uma resposta tecnicamente correta, conforme a bibliografia. A alternativa correta é a letra “A”. Não há violação ao princípio da objetividade nem da isonomia: o candidato argumenta que a questão “poderia permitir diferentes interpretações”. No entanto, a associação primária prevista em cada item é objetiva, está diretamente indicada pela bibliografia trabalhada, não depende de preferências teóricas pessoais, e não exige inferências interpretativas ou subjetivas. Em concursos públicos, não se considera como “ambiguidade” a existência de possíveis efeitos secundários, e sim apenas quando duas alternativas distintas poderiam ser igualmente corretas à luz do referencial utilizado, o que não ocorre. Toda a estrutura da questão está alinhada ao referencial técnico.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.



363 – TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

QUESTÃO 23

O recurso é improcedente, pois a questão possui como única resposta correta a alternativa “A”, nos termos do item 2.7 do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, vejamos: “*2.7. Publicidade. Princípio básico da atividade da Administração Pública no regime democrático, está previsto no caput do art. 37 da Magna Carta de 1988. Justifica-se especialmente pelo fato de o orçamento ser fixado em lei, sendo esta a que autoriza aos Poderes a execução de suas despesas*”. Ao contrário do alegado, a alternativa “D” está incorreta, uma vez que o princípio da legalidade aplicado à administração pública se refere ao ato do Poder Público de fazer ou deixar de fazer somente aquilo que a lei expressamente autorizar, ou seja, subordina-se aos ditames da lei. Assim, a questão exigia que os candidatos analisassem as assertivas e identificassem o princípio pelo qual o orçamento deve ser fixado em lei, ou seja, a sua publicidade, e não a sujeição do orçamento à lei.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.



366 – VETERINÁRIO

QUESTÃO 28

O recurso é improcedente, pois a principal causa da rinotraqueite felina (herpesvirus): espirros, secreção ocular e nasal (que pode ser mucopurulenta), febre, salivação (por ulcerações orais/nasofaringe), conjuntivite. Altamente contagioso, comum em gatos jovens e não vacinados, e o histórico de outro gato com sintomas semelhantes reforça infecção viral contagiosa. Os sintomas predominantes na questão eram respiratórios, sendo que o principal sintoma clínico da Chlamydophila felis é conjuntivite, que pode ser bilateral e purulenta. No entanto, ela não causa sinais respiratórios.

Fonte: SYKES, J. E. Feline Panleukopenia Virus Infection and Other Viral Enteritides. In: SYKES, J. E. (Ed.). Canine and Feline Infectious Diseases. St. Louis: Elsevier Saunders, 2014.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 29

O recurso é improcedente, pois a diminuição de ácidos biliares compromete diretamente a emulsificação de lipídeos no duodeno, reduzindo a eficiência da lipase pancreática. Isso leva à má digestão de gorduras e aos sinais clínicos descritos, levando IPE.

Os enterócitos **não** realizam digestão ou quebra de gorduras. Sua função principal na metabolização lipídica é a absorção e o processamento pós-absorção dos lipídios já digeridos.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 30

O recurso é improcedente, pois o enunciado informou a espécie e após introduzir o caso clínico é mencionado gestação e ninhada, sendo assim informando a contaminação do animal (mãe) para os filhotes.

Importante destacar que os filhotes ao apresentarem vermes adultos confirma a infecção por via transplacentária e não por ambiente.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 38

O recurso é improcedente, pois a alternativa “A” é a única correta e **completa** com todos os itens de miúdos de suínos. Ademais, o enunciado cita “apenas”, logo, as demais alternativas são incorretas.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.



QUESTÃO 39

O recurso é improcedente, pois uma das principais formas de transmissão para humanos é através da “ingestão de carne suína mal-cozida contendo cistos do protozoário” não afirma que existe apenas esta forma de transmissão, mas sim é **uma das principais**, sendo assim, não afirmo que é a forma exclusiva de transmissão.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

É o que tem a esclarecer.

Atenciosamente,

Instituto Mais de Gestão e Desenvolvimento Social